

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA- UNIVEM
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM LINHA DE FORMAÇÃO EM COMÉRCIO
EXTERIOR

EVANDRO ROBERTO MARRA SEBILHANO
FLÁVIA MARINI FURLAN
NATHALY CARLES

**DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO: A QUESTÃO DO BRIC**

MARÍLIA
2010

**EVANDRO ROBERTO MARRA SEBILHANO
FLÁVIA MARINI FURLAN
NATHALY CARLES**

**DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO: A QUESTÃO DO BRIC**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Administração da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração com linha de formação em Comércio Exterior.

Orientadora:
Prof.^a CLARISSA CHAGAS SANCHES
MONASSA

MARÍLIA
2010

SEBILHANO, Evandro Roberto Marra; CARLES, Nathaly; FURLAN, Flávia Marini

Do Comércio Internacional e o Desenvolvimento Econômico: A Questão do BRIC / Evandro Roberto Marra Sebilhano; Nathaly Carles; Flávia Marini Furlan; orientador: Clarissa Chagas Sanches Monassa. Marília, SP: [s.n.], 2010.

83f.

Trabalho de Curso (Graduação em Administração com linha de formação em Comércio Exterior) – Curso de Administração com linha de formação em Comércio Exterior, Fundação de Ensino “Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2010.

1. Comércio Exterior 2. Desenvolvimento 3. BRIC

CDD: 382



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM

Curso de Administração

Evandro Roberto Marra Sebilhano - 38864-5

Flávia Marini Furlan - 39591-9


Nathaly Carles - 37602-7

TÍTULO "DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO: A QUESTÃO DO BRIC "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Administração de Empresas da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Administração de Empresas.

Nota: 10,0

ORIENTADOR: 
Clarissa Chagas Sanches Monassa

EXAMINADOR: 
Marisa Rossinholi

Marília, 18 de novembro de 2010.

A Deus por ter nos concedido a vida, a saúde e a disposição necessária para chegarmos nesta importante etapa de nossas vidas.

Aos nossos pais, que sempre acreditaram em nossa capacidade de vencer qualquer obstáculo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as manifestações de carinho e apreço, recebidas da

Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”,

as quais foram os artifícios e a luz inspiradora

para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradecemos a nossa querida orientadora,

Prof^a Clarissa Chagas Sanches Monassa,

pelo estímulo e apoio seguro e oportuno na orientação,

aliados à experiência intelectual e profissional, que foram imprescindíveis para o

desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

SEBILHANO, Evandro Roberto Marra; CARLES, Nathaly; FURLAN, Flávia Marini. **Do Comércio Internacional e o Desenvolvimento Econômico: A Questão do BRIC**. 2010. 83 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Administração com linha de formação em Comércio Exterior) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2010.

RESUMO

Esta monografia tem como objeto de estudo o comércio internacional e o desenvolvimento econômico em relação à questão do BRIC. Serão abordados o início do comércio internacional e suas teorias, sua evolução ao longo dos anos e o desenvolvimento de quatro países que vêm se destacando devido a um rápido crescimento econômico: Brasil, Rússia, Índia e China. Serão apresentadas as características de cada país e analisado o contexto político, histórico, econômico e social para o desenvolvimento do termo até os dias de hoje. Por fim, serão discutidas as perspectivas de crescimento dos países em questão considerando as peculiaridades de cada um aliados ao cenário econômico mundial.

Palavras-chave: Comércio internacional. Desenvolvimento econômico. Países do BRIC.

SEBILHANO, Evandro Roberto Marra; CARLES, Nathaly; FURLAN, Flávia Marini. **Do Comércio Internacional e o Desenvolvimento Econômico: A Questão do BRIC**. 2010. 83 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Administração com linha de formação em Comércio Exterior) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2010.

ABSTRACT

This monograph has as its object of study international trade and economic development in relation to the issue of BRIC. It will examine the beginning of international trade and its theories, its evolution over the years and the development of four countries that have gained prominence due to rapid economic growth: Brazil, Russia, India and China. It will present the characteristics of each country and analyze the political, historical, economic and social context for development of the term until the present day. Finally, it will discuss the growth prospects of these countries considering the peculiarities of each allied to global economic scenario.

Keywords: International trade. Economic development. BRIC countries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sede da OMC em Genebra, Suíça.....	23
Figura 2 – O Mapa Mundi e os Blocos Econômicos	36
Figura 3 – Teoremas que compõe a teoria de Heckscher-Ohlin.....	48
Figura 4 – Jim O’Neill, criador do termo BRIC	51
Figura 5 – Conferência do clima em Copenhague em 07 de dezembro de 2009	58
Figura 6 – Reunião do BRIC em Brasília em 15 de abril de 2010	60
Figura 7 – Crescimento Econômico do BRIC em 2009/2010.....	70
Figura 8 – Os países emergentes do BRIC	71
Figura 9 – Encontro dos chefes de Estado na primeira reunião do BRIC	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRIMCK: Arábia, África do Sul, Brasil, Rússia, Índia, México, China e Coréia (Korea)

ALADI: Associação Latino-Americana de Integração

ALALC: Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALCA: Associação de Livre Comércio das Américas

APEC: Associação de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico

ASEAN: Associação das Nações do Sudeste Asiático

BENELUX: Bélgica, Holanda e Luxemburgo

BIRD: Banco Mundial

BRIC: Brasil, Índia, Rússia e China

BRICK: Brasil, Rússia, Índia, China e Coréia (Korea)

BRIMCK: Brasil, Rússia, Índia, México, China e Coréia (Korea)

Caricom: Mercado Comum do Caribe

CCI: Câmara de Comércio Internacional

CECA: Comunidade Européia de Carvão e Aço

CEE: Comunidade Econômica Européia

CEI: Comunidade dos Estados Independentes

CEMENT: Countries Excluded from the Emerging New Terminology

CFR: Cost and Freight

CIF: Cost, Insurance and Freight

CIP: Carriage and Insurance Paid to

CPT: Carriage Paid to

DAF: Delivered at Frontier

DDP: Delivered Duty Paid

DDU: Delivered Duty Unpaid

DEQ: Delivered Ex Quay

DES: Delivered Ex Ship

EADI: Estação Aduaneira do Interior

EUA: Estados Unidos da América

EXW: Ex-Works

FAS: Free Alongside Ship

FCA: Free-Carrier

FGV: Fundação Getúlio Vargas
FMI: Fundo Monetário Internacional
FOB: Free on Board
GATT: General Agreement on Tariffs and Trade
IBR: International Business Report
ICE: Índice de Clima Econômico
Incoterms: International Commercial Terms
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPO: Initial public offering
KPO: Knowledge Process Outsourcing
MCCA: Mercado Comum Centro Americano
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAFTA: North American Free Trade Agreement
OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONU: Organização das Nações Unidas
OSC: Órgão de Solução de Controvérsias
PIB: Produto Interno Bruto
PPC: Poder de Paridade de Compra
SADC: Southern Africa Development Community
TEC: Tarifa Externa Comum
UE: União Européia
URSS: União da Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fases da Integração Econômica entre países.....	31
Gráfico 2 – Curva da possibilidade de produção.....	45
Gráfico 3 – Curva da Indiferença	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Países beneficiados pelo Plano Marshall de 1948 a 1952	21
Tabela 2 – Negociações multilaterais de comércio	22
Tabela 3 – Esquema teórico do processo do mecanismo de Solução de Controvérsias.....	24
Tabela 4 – Horas necessárias para produzir	40
Tabela 5 – Dias de trabalho necessários para produzir	41
Tabela 6 – Produção comparativa de dois países	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - DA INFLUÊNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES	15
1.1 Da sistemática de comércio exterior.....	15
1.2 Do papel da OMC no processo de padronização de condutas comerciais	21
1.3 Do papel dos blocos econômicos na facilitação dos negócios internacionais.....	28
CAPÍTULO 2 – DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA APLICABILIDADE FRENTE À GLOBALIZAÇÃO	38
2.1 Das teorias clássicas do comércio internacional.....	39
2.2 Das teorias modernas para o comércio além-fronteiras.....	44
2.3 Da teoria que deu origem ao termo BRIC	50
CAPÍTULO 3 – O TERMO BRIC E SEU DESENVOLVIMENTO.....	55
3.1 Características comuns aos países que compõem o BRIC	55
3.2 Contextos político, histórico, econômico e social para o desenvolvimento da teoria que criou o BRIC: atualidades	61
3.3 Perspectivas positivas e negativas para a implementação de medidas a serem firmadas entre os componentes do BRIC	70
CONCLUSÕES	77
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

Com a evolução do comércio além-fronteiras, surgiu a necessidade de regulamentar as práticas e costumes exercidos pelos países, o que levou à criação de órgãos que estabelecessem uma economia internacional mais organizada. O primeiro órgão responsável por coordenar o comércio foi o GATT – General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio), que, em rodadas de negociações, discutia e estabelecia regras para os países participantes. O GATT, então, foi substituído pela OMC, a Organização Mundial do Comércio, que tem como objetivo coordenar as negociações das regras do comércio internacional e supervisionar a prática das mesmas no novo cenário mundial, que deixou de ser bipolar após a queda do Muro de Berlim. Com a multipolarização do mundo, iniciou-se o processo de formação dos blocos econômicos, a fim de estabelecer a colaboração entre seus países-membros pela busca de novos mercados, abertura e facilitação de trocas comerciais.

A fim de explicar as condições que possibilitam as trocas comerciais entre os países, surgiram as teorias do comércio internacional. As teorias clássicas foram introduzidas, principalmente, por Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, e apesar de terem sido aceitas no comércio internacional por muito tempo, elas precisavam ser reformuladas. Isso levou ao surgimento das teorias modernas, com a ajuda de Heckscher e Ohlin.

Todas as teorias auxiliaram no exame do contexto econômico no decorrer dos anos, e foi analisando a situação global que o economista Jim O’Neill, em 2001, interessou-se por quatro países que possuíam em comum economias em desenvolvimento, governos aparentemente dispostos a se envolver com mercados globais e potencial para um rápido crescimento: Brasil, Rússia, Índia e China. Apesar das críticas à sua teoria – que deu o nome de BRIC – O’Neill passou a investir em mais pesquisas e declarou que os quatro países apresentarão maiores taxas de crescimento até 2050, os quais podem vir a ser grandes potências econômicas, equiparando-se a países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália.

Os países do BRIC possuem diversas características em comum, como vasto espaço territorial, economia recentemente estabilizada, situação política estável, especialização em mão de obra, aumento de produção e PIB (Produto Interno Bruto) em crescimento. Porém, suas diferenças também representam um papel crucial no desenvolvimento de cada país, com

destaque para a riqueza da agricultura do Brasil, a economia mais desenvolvida da Rússia, os investimentos em tecnologia da Índia e o histórico de rápida ascensão da China.

Nos primeiros anos de surgimento do termo BRIC, os quatro países escolhidos por O'Neill não tiveram reações tão positivas à designação. Contudo, atualmente os países estão utilizando a idéia para tentar criar vínculos reais. Em abril de 2010, os ministros dos quatro países reuniram-se em Brasília para discutir a possibilidade de adoção de uma moeda local, abandonando o dólar, entre outros assuntos. As perspectivas são otimistas, pois, desde 2003, os mercados do BRIC cresceram de 2% a 9% no mercado global e O'Neill prevê uma representação de quase 50% desses países em 2050 (TETT, 2010).

Para atingir tais objetivos, no primeiro capítulo foi discutida a influência do comércio internacional no processo de desenvolvimento dos países, no segundo capítulo foram discutidas as teorias de desenvolvimento econômico e sua aplicabilidade frente à globalização e, no terceiro capítulo, foi discutido o termo BRIC e seu desenvolvimento.

Na confecção do trabalho, utilizou-se a técnica de coleta de dados bibliográficos, documentais e também via internet. Na análise dos dados, foi utilizado primordialmente o método dedutivo, com estudo de teorias e doutrinas de caráter geral, aplicadas a um caso específico.

CAPÍTULO 1 – DA INFLUÊNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES

Desde as primeiras trocas comerciais entre países surgidas na História até os dias de hoje, podemos ver um grandioso avanço nas técnicas e órgãos originados a fim de regulamentar o comércio internacional. O que antes se tratava apenas de uma exploração dos mais fortes sobre os mais fracos, hoje se trata de um comércio rigorosamente controlado em um mundo globalizado, onde as competições tecnológicas se encontram cada vez mais avançadas. Diversos órgãos foram criados, seguidos de regulamentos e práticas, tendo cada vez mais em vista desenvolver os países e criar um comércio internacional favorável a todos.

Devido à substituição do GATT - General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio) pela OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1995, notamos um avanço na administração e supervisão das negociações sobre as regras do comércio internacional e, através da análise da função, estrutura e processo decisório desta organização, concluímos que suas atividades são únicas entre os organismos internacionais. Recentemente, além de considerar a liberalização comercial orientada para a competição internacional, a OMC decidiu dirigir sua atenção às necessidades dos países em desenvolvimento, mas sua tentativa de padronizar as condutas comerciais de seus membros – que no passado demonstrava a eficiência da organização – pode estar ameaçada tanto pelas desvantagens da globalização quanto pela falta de consenso entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos quando a questão é o encerramento da Rodada Doha.

Entre a criação do GATT e tal fato, encerrou-se a Guerra Fria, que deu início à era dos Blocos Econômicos, mais conhecida como Nova Ordem Mundial, onde países de todo o mundo uniram-se em conglomerados, visando promover o crescimento econômico e o desenvolvimento comercial de cada um deles, estabelecendo uma cooperação mútua. Este fato, desde seus primórdios, foi fundamental para que países que antes apresentavam baixo desenvolvimento, hoje estejam se tornando importantes potências econômicas, como é o caso de nosso país e dos demais membros pertencentes ao BRIC.

1.1 Da sistemática de comércio exterior

Com a evolução do relacionamento humano, o campo de ação das trocas ampliou-se, sucessivamente, para as cidades, nações e, finalmente, para o mundo. Os países não

conseguem produzir todos os produtos de que necessitam, por isso buscam tais produtos em outros países.

O comércio exterior cresceu como consequência natural da expansão geográfica do mundo, sendo definido pelas compras e vendas além das fronteiras entre países. As compras são representadas pelas importações, e as vendas, pelas exportações.

Nos anos de 1500 a 1750, quando estavam surgindo novos países, as potências européias, como Portugal, Espanha, França e Inglaterra adotaram um conjunto de práticas econômicas de diferentes modos, o que chamamos hoje de Mercantilismo. Com o surgimento de novos Estados, necessitava-se de burocratas para administrá-los e comerciantes para financiá-los. Desta forma, o mercantilismo se desenvolveu a partir de um maior vínculo entre a riqueza dos comerciantes e o Estado fortalecido (DIAS, 2002, p. 10).

Naquela época, cerca de 80 a 90% da população européia trabalhava na agricultura. Os artesãos eram os industriais da época, e toda sua produção era de natureza doméstica (MAIA, 1999, p. 63).

Com as explorações, zonas de colonização e feitorias comerciais dos países, além de um incremento do comércio entre eles, iniciou-se um intercâmbio mundial de mercadorias, formando a partir daí, de fato, uma economia-mundo.

Em meados do século XVI, o comércio europeu chega às duas costas do Oceano Pacífico por meio dos navios espanhóis que faziam a rota do Peru à Europa através da região onde se localiza atualmente o Panamá, enquanto que os portugueses chegavam às ilhas da atual Indonésia. Esses dois movimentos dos países ibéricos introduziram no comércio internacional uma abundante quantidade de especiarias vindas da Ásia e enorme quantidade de metais preciosos com origem na América Espanhola, o que causou a “revolução de preços” na Europa e gerou grande inflação. Com a desvalorização da moeda, os produtos tiveram seus preços elevados (DIAS, 2002, p. 10-11).

Segundo Adam Smith (1999, p. 63), “o mercantilismo priorizava o poder e o enriquecimento do Estado sobre o bem-estar do indivíduo.” Os governantes tinham no ouro e na prata a forma mais importante de riqueza, sendo o principal fundamento do poder nacional. A exportação precisava ser maior do que a importação, para que a nação pudesse se beneficiar com o comércio exterior. As exportações eram estimuladas e as importações, desestimuladas, até mesmo quando isso proporcionava prejuízo para o povo.

Cada Estado procurou as medidas que mais se ajustavam a seus costumes: alguns se concentravam na exploração comercial, na obtenção de metais preciosos; outros, nas

atividades marítimas e comerciais; e outros optavam por incentivar a produção manufatureira. Essa expansão comercial e colonial europeia está fortemente associada ao mercantilismo.

Com o mercantilismo, foi criada a balança comercial, uma vez que os países se viram forçados a desenvolver ao máximo as exportações de produtos pagos em ouro e prata e reduzir ao mínimo possível as importações que seriam pagas nestas mesmas moedas. Deste modo, a balança comercial seria sempre favorável. Cada país europeu adotou um tipo de mercantilismo devido às características peculiares do seu desenvolvimento histórico. O período mercantilista cumpriu um importante papel no crescimento da economia mundial, no fortalecimento dos Estados precursores, e é considerado revolucionário pelas profundas transformações que a sociedade daquela época viveu e que se refletem até os dias atuais. O conjunto de idéias desenvolvidas durante o período mercantilista tornou o comércio exterior um dos mais poderosos instrumentos da política econômica.

Ao longo dos anos, com a evolução do comércio internacional, foram surgindo várias teorias sobre o assunto e também sobre a modernização entre as negociações internacionais. Com isso, surgiu um conjunto de práticas e costumes que regula o comércio exterior, denominado *lex mercatoria*.

A *lex mercatoria* originou-se em virtude do adensamento das relações internacionais e da criação de organismos internacionais. É considerada uma lei de mercado, ainda que não tenha referência a um sistema jurídico em particular, são usos e costumes internacionais, adotados por todos que fazem parte do comércio internacional, é uma prática reiterada e uniformemente aceita pela sociedade que a pratica. É considerada uma regra de conduta feita por comerciantes, da melhor forma possível. As normas da *lex mercatoria* se encaixam no comércio exterior a partir dos Incoterms (International Commercial Terms) (SOARES, 2004, p.110).

Os Incoterms – Termos Internacionais de Comércio, surgiram espontaneamente na prática do comércio internacional, com a finalidade de indicar as responsabilidades das partes na entrega e no transporte das mercadorias, considerado o exemplo de normas da *lex mercatoria*. Por volta de 1920, havia um conjunto razoavelmente ordenado de termos, mas como não possuíam uma interpretação uniforme nos diversos países, geravam problemas nas operações de comércio exterior (SOARES, 2004, p. 148).

Em 1936, em meio ao enorme conflito da Segunda Guerra Mundial, a Câmara de Comércio Internacional de Paris (CCI), organização não-governamental que lida com o comércio exterior, a partir de uma pesquisa realizada em vários países, publicou sua primeira versão de interpretação dos termos mais usados naquela época. A partir daí, foram se

atualizando de acordo com o desenvolvimento do comércio internacional. Os Incoterms se tornaram um elemento muito importante na conclusão de negociações internacionais. Quando inseridos em um contrato de venda internacional, esses termos delimitam: o momento e o local em que a entrega estará completa; o momento da transferência dos riscos e dos custos; as responsabilidades quanto à preparação dos documentos e notificações e se cada uma das partes procedeu de forma razoável na condução de entrega. A correta utilização dos Incoterms é fundamental para evitar violação do contrato por qualquer das partes (SOARES, 2004, p. 149).

Desde 1990, são treze os Incoterms organizados pela CCI divididos em quatro grupos: Grupo E (Partida); Grupo F (Transporte principal não pago); Grupo C (Transporte principal pago) e; Grupo D (Chegada). Dada a crescente evolução do comércio internacional, novas situações foram surgindo, e por isso os Incoterms sofreram emendas e adições. A versão atualmente válida dos Incoterms é a do ano de 2000 (SOARES, 2004, p.149). São eles:

1. EXW – Ex-Works: O exportador encerra sua participação no negócio quando acondiciona a mercadoria na embalagem de transporte e a disponibiliza, no prazo estabelecido, no seu próprio estabelecimento. Formalidades de exportação/importação, contratos de seguro e transportes, são de responsabilidade do importador. Este termo pode ser utilizado em qualquer modalidade de transporte, inclusive multimodal.

2. FCA – Free-Carrier: O exportador completa suas obrigações quando entrega a mercadoria, desembaraçada para exportação, aos cuidados do transportador internacional indicado pelo importador, no local designado do país de origem. A obtenção de licença e despacho de importação correm por conta do importador. Este termo pode ser utilizado em qualquer modalidade de transporte, inclusive multimodal, sendo também muito utilizado no transporte aéreo

3. FAS – Free Alonside Ship: A responsabilidade do exportador se encerra quando a mercadoria é colocada ao longo do costado do navio transportador, no porto de embarque nomeado, já desembaraçada para exportação. É responsabilidade do importador a obtenção de eventuais licenças de importação, custos para colocação da mercadoria dentro do navio, transporte e seguro internacional, além do desembaraço aduaneiro de importação no seu país. Este termo é exclusivo para transporte marítimo.

4. FOB – Free on Board: A responsabilidade do exportador sobre a mercadoria vai até o momento da transposição da amurada do navio, no porto de embarque indicado pelo importador. Este termo é o mais utilizado nas exportações brasileiras via transporte marítimo.

5. CFR – Cost and Freight: O exportador assume todos os riscos anteriores ao embarque internacional, bem como a contratação do frete internacional, para transportar a mercadoria até o porto de destino indicado. Todos os riscos com a carga, desde o momento que transpõe a amurada do navio, no porto de embarque, são de responsabilidade do importador, o qual recebe a mercadoria no porto de destino arcando com todas as despesas ali incorridas, tais como: desembarque, desembaraço aduaneiro e demais despesas. Este termo é utilizado exclusivamente no transporte marítimo.

6. CIF – Cost, Insurance and Freight: O exportador tem as mesmas obrigações que no “CFR” e, adicionalmente, deve contratar o seguro marítimo contra riscos de perdas e danos durante o transporte. As responsabilidades do importador são as mesmas como no “CFR”. Este termo é exclusivamente utilizado no transporte marítimo.

7. CPT – Carriage Paid to: O exportador contrata o frete pelo transporte da mercadoria até o local designado. Os riscos de perdas e danos na mercadoria, bem como quaisquer custos adicionais devidos a eventos ocorridos após a entrega da mercadoria, são transferidos pelo exportador ao importador, quando a mercadoria é entregue à custódia do transportador. O exportador é responsável pelas formalidades de exportação, assim como pelo desembaraço aduaneiro de exportação. Este termo é utilizado em qualquer modalidade de transporte, inclusive o multimodal.

8. CIP – Carriage and Insurance Paid to: O exportador tem as mesmas obrigações definidas no “CPT” e, adicionalmente, arca com o seguro contra riscos de perdas e danos na mercadoria durante o transporte internacional. As formalidades de exportação e desembaraço aduaneiro são por conta do exportador. Este termo é utilizado em qualquer tipo de transporte, inclusive multimodal.

9. DAF – Delivered at Frontier: O exportador completa suas obrigações quando entrega a mercadoria, desembaraçada para exportação, em um ponto anterior a um posto alfandegado de país limítrofe conforme indicado e definido da maneira mais precisa possível. Este termo é utilizado em qualquer modalidade de transporte, inclusive multimodal.

10. DES – Delivered Ex Ship: O exportador completa suas obrigações quando a mercadoria é entregue ao importador a bordo do navio, não desembaraçadas para exportação, no porto de descarga, assim como o importador assume todos os custos e riscos durante a viagem internacional. A responsabilidade de obtenção de licença de importação ou documento semelhante bem como o despacho de importação é do importador. Este termo é utilizado no transporte marítimo e também por águas internas.

11. DEQ – Delivered Ex Quay: O exportador encerra sua responsabilidade quando entrega as mercadorias à disposição do importador, desembaraçadas para exportação, mas não para importação, no cais do porto de destino nomeado. O importador deve obter por sua conta e risco, qualquer licença de importação ou autorização oficial, e cumprir, onde aplicável, todas as formalidades necessárias à importação da mercadoria. Este termo é utilizado no transporte marítimo também por águas internas.

12. DDU – Delivered Duty Unpaid: O exportador somente cumpre sua obrigação de entrega quando a mercadoria tiver sido posta em disponibilidade no local designado do país de destino final, não desembaraçadas para importação. Todos os riscos de perdas e danos das mercadorias são assumidos pelo exportador até o local de entrega designado, à exceção de impostos, taxas e demais encargos oficiais incidentes na importação e dos custos e riscos do desembarço de formalidades alfandegárias. As mercadorias poderão ser entregues sem desembarço para importação e o local de destino designado poderá ser, dentre outros:

- um armazém, dentro das dependências de próprio porto ou aeroporto;
- em uma zona secundária (EADI) ou;
- nas dependências do próprio importador ou qualquer outro local de destino

convencionado.

Este termo é utilizado em qualquer modalidade de transporte, inclusive multimodal.

13. DDP – Delivered Duty Paid: O exportador somente cumpre sua obrigação de entrega quando a mercadoria tiver sido posta em disponibilidade no local designado do país de destino final, desembaraçadas para importação. Esse termo acarreta o máximo de obrigações para o exportador, em contraposição ao termo “EXW”, e é utilizado em qualquer modalidade de transporte, inclusive multimodal.

Criados em meio às grandes guerras mundiais da primeira metade do século XX, os Incoterms foram aperfeiçoados ao longo dos anos, de acordo com a necessidade que se via de melhorar o comércio internacional.

Nos anos de entre guerras, o comércio internacional reduziu-se, e os fluxos internacionais de capitais também. Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Inglaterra ficou longe dos campos de batalha, o que lhe permitiu uma vida tranqüila que a Europa não teve, e também um crescimento econômico maior que dos outros países, tornando-se, na época, a nação de maior projeção do mundo. O chamado padrão-ouro, sistema monetário tacitamente aceito pelas principais nações desenvolvidas, foi perdendo força após a Primeira Guerra, pois os Bancos Centrais trocavam moedas por ouro, sem a intervenção do Estado. A exportação e a importação do ouro eram livres, os países valorizavam sua moeda em relação à

moeda de outro país, de acordo com a quantidade de ouro que estes possuíam. Assim, as flutuações monetárias eram insignificantes (MAIA, 1999, p. 66).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, vários países retomaram o controle governamental e, para se tornarem mais competitivos na exportação, muitas nações desvalorizavam suas moedas. Esses acontecimentos contribuíram para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1845). A guerra afetou o comércio internacional, dificultando a importação de vários produtos em alguns países e favorecendo a exportação em outros (por exemplo, o Brasil aumentou as exportações de borracha para os Estados Unidos, porque a guerra na Ásia inviabilizou a importação da borracha asiática). Mesmo nas cidades de países que estavam longe dos campos de batalhas, podia se sentir os efeitos da guerra: racionamento de alimentos e combustível. Com o fim da Guerra, enquanto toda a Europa e seus meios de produção estavam destruídos, os Estados Unidos tornaram-se a maior potência econômica do mundo, e formaram um plano de auxílio para a reconstrução da Europa, que ficou conhecido como Plano Marshall (MAIA, 1999, p. 73).

Tabela 1 - Países beneficiados pelo Plano Marshall de 1948 a 1952

Grã-Bretanha	3.389,8
França	2.713,6
Itália	1.508,8
Alemanha Ocidental	1.390,0
Holanda	1.083,5
Grécia	706,7
Áustria	677,8
Bélgica/Luxemburgo	559,3
Dinamarca	273,0
Noruega	255,3
Turquia	225,1
Irlanda	147,5
Suécia	107,3
Portugal	51,2
Islândia	29,3

Fonte: MAIA (1999, p. 73)

1.2 Do papel da OMC no processo de padronização de condutas comerciais

A fim de estabelecer uma economia internacional mais organizada após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, foi assinado o acordo de Bretton Woods nos EUA, que

resultou na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD). Enquanto o FMI tratava-se de uma cooperação econômica entre 45 países para evitar novas quedas político-econômicas, o BIRD teve como proposta o levantamento de países afetados pela guerra e o auxílio a países subdesenvolvidos. Além disso, um Acordo Provisório foi realizado entre 23 países para tratar de algumas regras de comércio e, posteriormente, recebeu o nome de General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio) ou GATT (THORSTENSEN, 2001, p. 30).

O GATT tornou-se então o órgão internacional responsável por coordenar as regras do comércio em oito rodadas de negociações, como demonstra a Tabela 2, as quais tinham como escopo concessões tarifárias e reduções aduaneiras.

Tabela 2
Negociações multilaterais de comércio

Data	Local	Nº de Participantes	Comércio Afetado US\$
1 – 1947	Genebra – Suíça	23	10 bilhões
2 – 1949	Annecy – França	13	n.d.
3 – 1951	Torquay – Reino Unido	38	n.d.
4 – 1956	Genebra – Suíça	26	2,5 bilhões
5 – 1960-61	Rodada Dillon	26	4,9 bilhões
6 – 1964-67	Rodada Kennedy	62	40 bilhões
7 – 1973-79	Rodada Tóquio	102	155 bilhões
8 – 1986-94	Rodada Uruguai	123	3,7 trilhões

Obs: n.d. – não disponível

Fonte: THORSTENSEN, 2001, p. 31

A mais importante delas foi a Rodada Uruguai, iniciada em 1986 na cidade de Punta Del Este, Uruguai, com a participação de 123 países. Um de seus principais temas foi a redução de subsídios agrícolas, mas também resultou na incorporação de negociações relativas a áreas de serviços e propriedade intelectual. A rodada foi concluída em Marraqueche, Marrocos, em 1994, e entre suas diversas negociações, culminou na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual passa a substituir o próprio GATT em 1º de janeiro de 1995. Sua sede encontra-se em Genebra, Suíça, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Sede da OMC em Genebra, Suíça



Fonte: <http://www.stabroeknews.com/images/2008/08/20080803geneva.jpg>

Segundo Thorstensen (2001, p. 41), “a OMC é a organização que coordena as negociações das regras do comércio internacional e supervisiona a prática de tais regras, além de coordenar as negociações sobre novas regras ou temas relacionados ao comércio”. Esta nova fase traz para o comércio internacional uma situação de estabilidade, uma vez que a organização se fundamenta em suas bases legais, sempre direcionando sua atenção para a liberalização do comércio de bens e serviços.

O Acordo que institui a OMC é composto pelo texto do GATT-1947, ou seja, o Acordo Geral, acrescido dos demais instrumentos jurídicos, resultando no GATT-1994. Ele especifica que a OMC tem como função facilitar a execução e administração dos acordos referentes ao comércio e colocar em prática os objetivos da Rodada Uruguai, além de servir de foro para negociações comerciais entre os seus membros. Em suma, a OMC tem em suas mãos o poder de decidir, criar, modificar e aprovar acordos relativos ao comércio que possam vir a ser feitos entre seus países-membros.

Quanto à estrutura da OMC, esta possui uma personalidade jurídica internacional própria, que conta com uma Conferência Ministerial formada por representantes de todos os membros, os quais se reúnem a cada dois anos para tomar decisões referentes aos Acordos Multilaterais. Enquanto as Conferências Ministeriais não acontecem, quem fica responsável por sua função é o Conselho Geral, cumprindo o que os Acordos prevêm e administrando as atividades diárias da OMC, e para auxiliar em sua função, existem dois órgãos: o Órgão de Solução de Controvérsias e o Órgão de Revisão de Política Comercial.

O Órgão de Solução de Controvérsias tem como objetivo resolver possíveis conflitos que envolvem temas do comércio através de regras estabelecidas pela OMC, as quais envolvem a fase de consultas e, em alguns casos, o procedimento dos painéis se um acordo não é alcançado; quando uma das partes não está de acordo com a decisão estabelecida pelo painel, ela recorre ao Órgão de Apelação, composto por sete profissionais para rever o painel do caso. Thorstensen (2001, p. 373) especifica:

O sistema de solução de controvérsias da OMC é um elemento central para promover a segurança e a previsibilidade do sistema de comércio multilateral. Os membros reconhecem que ele serve para preservar os direitos e as obrigações dentro dos acordos, e esclarecer seus dispositivos, dentro das regras de interpretação do direito internacional público.

Este órgão retrata o objetivo da OMC em padronizar suas normas e procedimentos no que diz respeito às soluções relativas às condutas comerciais de seus membros. A Tabela 3 especifica quais os prazos estabelecidos e descreve as etapas seguidas pelo sistema. Por sua vez, o Órgão de Revisão de Política Comercial analisa as atividades de cada membro da OMC e entrega periodicamente relatórios referentes às mesmas, a fim de verificar se as práticas comerciais dos países estão de acordo com a legislação.

Tabela 3
Esquema teórico do processo do mecanismo de solução de controvérsias

Prazos	Etapas
60 dias	Consultas
1ª e 2ª reunião do OSC	Estabelecimento do painel pelo OSC
0-20 dias	Definição dos termos de referência Composição do painel
6 meses desde a composição do painel	Exame do caso pelo painel: encontro com as partes e com as terceiras partes e divulgação do relatório do painel para as partes
9 meses desde o estabelecimento do painel	Divulgação do relatório do painel para o OSC
60 dias desde o relatório do painel se não há apelação	OSC adota relatório do painel
30 dias para o relatório do Órgão de Apelação	OSC adota relatório do painel
Prazo razoável para implementação (+/- 15 meses)	Implementação: apresentação pela parte perdedora de proposta de implementação. Em caso de não implementação: partes negociam compensações até a implementação
30 dias após período razoável	Retaliação autorizada pelo OSC se não há acordo sobre compensação
Total de 9 meses desde estabelecimento do painel	Adoção do relatório do painel caso não haja apelação
Total de 12 meses desde o estabelecimento do painel	Adoção do relatório do painel ou do Órgão de Apelação

Fonte: THORSTENSEN, 2001, p. 376

Com o objetivo de fiscalizar as principais áreas de responsabilidade da OMC, estão três órgãos específicos à disposição dos representantes de todos os membros: o Conselho sobre o Comércio de Bens, o Conselho sobre o Comércio de Serviços e o Conselho sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Além disso, outros Comitês também ficam responsáveis por atividades da OMC, os quais são subordinados aos Conselhos anteriores, e a organização possui um Secretariado comandado por um Diretor-Geral, o qual não pode ser influenciado por qualquer governo.

O processo decisório da OMC reflete em sua eficiência. Conforme explica Giorgio Sacerdoti no livro de Casella e Mercadante (1998, p. 59), “a tradicional regra do consenso foi mantida, mas, se o consenso não é obtido, as questões serão resolvidas com o voto da maioria simples, cada um dos Estados dispondo de um voto”. Thorstensen (2001, p. 47) complementa:

Nos casos de interpretação das medidas previstas nos acordos, com maioria dos 3/4 dos votos; nos casos de pedidos de derrogações temporárias de obrigações (waivers) por parte de um membro, com maioria de 3/4; nos casos de modificações dos acordos, com maioria de 2/3; e, nos casos de acessão de novos membros à OMC, com maioria de 2/3. No entanto, modificações no próprio Acordo sobre a OMC e sobre o processo decisório exigem a aceitação de todos os membros por consenso.

As regras e os procedimentos deste processo decisório demonstram uma parcela da padronização que a OMC sempre procura aplicar ao administrar as condutas comerciais de seus membros. Sua forma de estrutura, suas atividades e seu processo de tomada de decisão são únicos entre os organismos internacionais. Contudo, um fator importante implica no processo de padronização da OMC: a globalização. Torna-se cada vez mais difícil definir regras sobre o comércio, uma vez que os produtos podem passar a ser obsoletos e as próprias empresas não possuem uma identidade fixa atualmente.

Dessa maneira, a OMC deve considerar a influência das políticas econômicas sobre as atividades dos mercados globais, as quais estão sujeitas à exigências de melhor eficiência ou tratamento justo de acordo com as leis governamentais de cada membro, por exemplo. Ao tratar da globalização, o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, reconheceu que a mesma traz desvantagens, como a escassez de recursos energéticos, a deterioração do meio ambiente, os movimentos migratórios provocados pela insegurança, a pobreza e a instabilidade política ou mesmo a volatilidade dos mercados financeiros, mas também afirma:

O aumento das restrições comerciais seguramente não é a resposta adequada para enfrentar os inconvenientes da globalização. O dano que tais restrições poderiam criar seria de uma magnitude inconcebível. Freqüentemente, a

verdadeira causa do mal-estar não é o fato de haver muito comércio, mas o fracasso em acompanhar a abertura comercial com outras políticas comerciais que poderiam incrementar o impacto benéfico de abrir-se à competição externa (LAMY, 2010).

Considerando o discurso de Lamy, percebe-se que uma nova postura para o comércio internacional já vem sendo ponderada: liberalização comercial orientada para a competição internacional. Em outras palavras, o objetivo de atingir a eficácia econômica deve envolver também políticas que possibilitam maior competição internacional entre as empresas. Alguns temas continuariam em pauta, como a diminuição de tarifas e outras barreiras, e novos temas poderiam ser inseridos, relacionados a investimentos, competição e questão ambiental.

A concorrência internacional pode ser vista como uma simples tentativa de manter de pé o ideal do comércio liberal do capitalismo, mas não se pode fechar os olhos para os benefícios que as empresas nacionais recebem quando se introduzem no comércio internacional. As alianças estratégicas que o mundo global traz às empresas e a constante busca pela inovação resultam de forma significativa no aumento de produtividade e na melhoria de qualidade de seus produtos e serviços. Dessa forma, é possível concluir que as empresas que não se adaptam e não se enquadram de acordo com os padrões mundiais perdem seu espaço na corrida da competitividade.

Tal abertura econômica possibilitou a entrada dos países em desenvolvimento no comércio internacional e, conseqüentemente, a OMC passou a focar sua atenção nos mesmos – através de supervisão das atividades desses países pelo Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento – e proporcionou-lhes tratamento especial e diferenciado, como, por exemplo, prazos mais longos para cumprir acordos e aumento de oportunidades comerciais através de maior acesso aos mercados.

Porém, ainda existem obstáculos nas exportações de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, como as altas tarifas para produtos têxteis, calçados e alimentos, o que levou o próprio Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, a confirmar que “um objetivo primário das negociações da OMC em curso é precisamente fazer frente às desigualdades remanescentes das suas próprias normas que afetam os países em desenvolvimento, seja na agricultura ou em áreas como têxteis ou calçados” (LAMY, 2010).

A fim de ratificar o que foi declarado por Lamy, segue abaixo o programa de trabalho do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento, cujas atividades estão voltadas para os interesses dos membros de menor desenvolvimento (THORSTENSEN, 2001, p. 259):

Revisão do impacto dos resultados da Rodada Uruguaí nos membros em desenvolvimento (...); revisão da participação dos membros em desenvolvimento no sistema multilateral de comércio; elaboração de diretrizes para atividades de cooperação técnica da OMC relacionadas aos membros em desenvolvimento, e criação de um fundo de apoio a tais atividades; consideração de medidas e iniciativas de apoio à expansão das oportunidades de comércio e investimento, incluindo apoio para medidas de liberalização do comércio dos membros em desenvolvimento (...); decisões ministeriais em favor dos membros em desenvolvimento (...); discussão sobre o impacto do comércio eletrônico para os países em desenvolvimento (...); discussão sobre as preocupações e problemas das pequenas economias; discussão sobre o tema facilitação do comércio (...).

Thorstensen (2001, p. 265) dissertou que “com um número crescente de países em desenvolvimento como membros da OMC, é de se esperar que suas reivindicações sejam melhor coordenadas e incluídas na próxima rodada de negociações” e é exatamente o que presenciou-se na Rodada Doha.

Iniciada em novembro de 2001, a rodada em Doha, Qatar, visava reduzir barreiras comerciais, mas tinha como principal objetivo tornar as regras de comércio mais livres para os países em desenvolvimento através da abertura dos mercados agrícolas.

Os países em desenvolvimento sentiam-se prejudicados pelos incentivos que os países desenvolvidos davam aos seus produtos agrícolas e solicitaram uma redução das tarifas agrícolas, mas como não houve apresentação de soluções para tal redução, as negociações não se concluíram. O segundo encontro em Cancun, México, ocorreu em 2004 devido aos EUA e União Européia apresentarem uma proposta, a qual foi rejeitada pelos países em desenvolvimento, que se uniram e criaram o bloco do G20.

No mesmo ano, um novo encontro em Genebra, Suíça, não tratou dos temas principais e apenas serviu para esboçar um acordo para que a rodada fosse encerrada em 2005, o que não aconteceu. Em dezembro de 2005, em Hong Kong, China, foi determinado que os subsídios agrícolas deverão ser eliminados até 2013, mas a questão das tarifas e dos incentivos não foi acordada. Os países voltaram a se reunir em 2007, em Potsdam, Alemanha, mas o encontro fracassou, assim como uma tentativa de aproximação em 2008 (PACIEVITCH, 2010).

As divergências entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento são tantas que, até hoje, a rodada não possui um consenso, mas em janeiro de 2010, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou acreditar que rodada seja concluída em breve se houver um consenso dos líderes mundiais atuais. Em suas palavras:

Quando os líderes dos países mais importantes se sentam em torno de uma mesa para atacar os problemas, eles têm condição de resolver (...). Concluir a rodada de Doha é inevitável, inexorável. A questão é em quanto tempo a gente conclui e qual custo a gente vai ter por adiar essa discussão (...). O presidente dos Estados Unidos, institucionalmente, é muito poderoso. Se houver vontade política, eu acho que é possível (...). Os líderes do G20 poderiam nos ajudar a concluir a rodada de Doha mostrando vontade política (NERY, 2010).

A grande questão da OMC em relação à Rodada Doha é saber como investir em um tratamento diferenciado para com os países em desenvolvimento sem fazer com que os países desenvolvidos sintam-se prejudicados. Uma vez que não existe a vontade política citada pelo Ministro e o apoio de todas as partes envolvidas, torna-se mais distante a possibilidade de conclusão da rodada.

Desde a Rodada Uruguai, é possível perceber através de acordos gerenciados pela OMC, uma tendência de padronização em suas condutas comerciais, mas certos fatores interferem neste processo, como, por exemplo, os EUA e Índia não entrarem em um acordo em relação aos incentivos internos e a União Européia recusar-se a tomar qualquer posicionamento em novos encontros da rodada. Enquanto não há consenso, o que se visualiza são os países em desenvolvimento dependendo da consideração e flexibilidade dos países desenvolvidos. É possível até mesmo questionar se a OMC mantém sua efetividade no que diz respeito às negociações comerciais, já que seus membros não entram em um acordo e, mesmo assim, o comércio internacional encontra-se em rápida expansão. Um paradoxo gerado por uma rodada que logo completará dez anos se prosseguir com as mesmas tentativas de negociações até agora frustradas.

1.3 Do papel dos blocos econômicos na facilitação dos negócios internacionais

Os blocos econômicos foram criados com a finalidade de desenvolver o comércio de determinada região. Com isso, criam maior poder de compra dentro do bloco, elevando o nível de vida de seu povo. Como o mercado passa a ser disputado também por empresas de outros países-membros do bloco econômico, cresce a concorrência, o que gera a melhoria de qualidade e a redução de custos (MAIA, 2006, p. 217).

O primeiro importante bloco econômico de nossa história surgiu na Europa, em 1957, com a criação da Comunidade Econômica Européia (CEE), que, mais tarde, viria a se transformar na atual União Européia (UE). Entretanto, a tendência de regionalização da

economia só se fortaleceu com o fim da Guerra Fria, marcada pela queda do Muro de Berlim, e pelo fim dos regimes comunistas na Europa Oriental em 1989. Dois anos mais tarde, em 1991, veio à tona o fim da bipolarização mundial, encerrando a hegemonia das duas superpotências que imperavam no mundo, Estados Unidos e União Soviética, onde a União Soviética perderia três territórios (Lituânia, Letônia e Estônia), restando apenas uma única superpotência no mundo de então, os Estados Unidos (BASILE, 2009).

O fim da divisão geopolítica bipolar estimulou a regionalização da economia e a formação dos blocos econômicos devido ao fato de a disputa pela hegemonia passar diretamente à concorrência comercial, dando início à chamada nova ordem mundial, onde o poder está multipolarizado entre os vários blocos, ou seja, o que antes pertencia à somente dois países, hoje, se divide entre diversos blocos econômicos.

Com a multipolarização do mundo, iniciou-se o processo de formação dos blocos. Tal formação se deu desde o início, até os dias de hoje, através de uma integração entre os países-membros, formando uma espécie de união, das mais diversas possíveis, que se diferenciam quanto a seus objetivos, funções, e criam uma configuração com formatos de blocos bastante diferentes. De acordo com Silva (1999, p. 132-134), as formas de integração existentes dos blocos econômicos são:

- **Zona de Livre Comércio:** Os blocos que se organizam sob a forma de zona de livre comércio visam eliminar ou reduzir as barreiras alfandegárias para importações de mercadorias que sejam originárias de países inclusos nesta área, de forma que cada um destes países adotará uma política particular quanto à importação de produtos provenientes de países não inclusos na área. Tal medida proporciona aos países pertencentes ao bloco uma maior possibilidade de desenvolvimento, visto que isenta de impostos, a mercadoria entra no país com um menor valor, incentivando o comércio entre as partes, e, conseqüentemente, provocando crescimento, aumento de emprego, aumento de níveis salariais, etc.

- **União Aduaneira:** Este tipo de união é um pouco mais ampla que a Zona de Livre Comércio, já que além de eliminar as barreiras alfandegárias para produtos e mercadorias provenientes de dentro da área, adota uma política tarifária comum, estendendo o tratamento a países de fora do bloco, de forma a não dar preferência a um único país. Os países da União devem chegar a um acordo quanto à tarifa, e, havendo unanimidade, cria-se uma tarifa externa única, chamada de tarifa externa comum.

- **Mercado Comum:** Incluindo-se o estabelecido na União Aduaneira, o Mercado Comum é aquele que além de permitir a livre circulação de mercadorias aplicando uma tarifa externa comum, amplia a livre circulação aos fatores de produção. Assim sendo,

investimentos, tratamentos entre capitais internos e externos, e mão de obra, ficam livres para circular entre os países do bloco, o que contribui substancialmente para o suprimento de mão de obra que esteja falha em um determinado país, por exemplo.

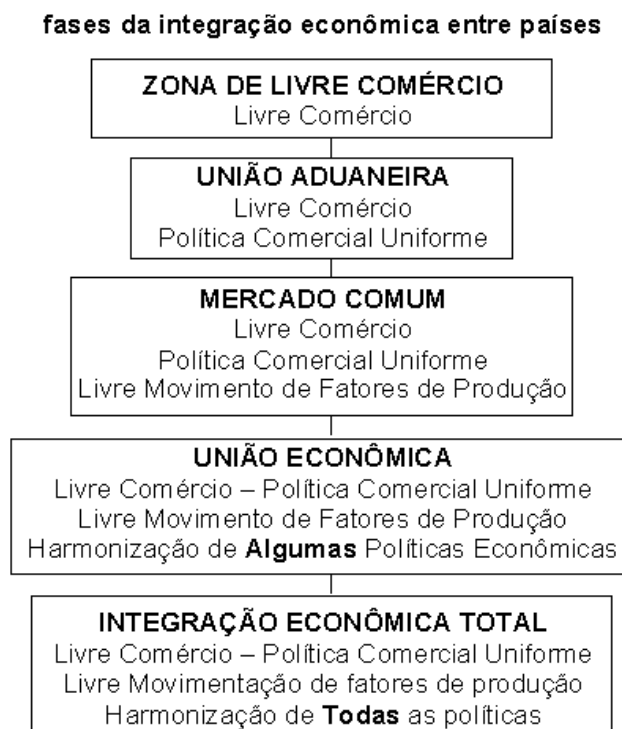
- União Econômica: Neste estágio, que inclui todas as medidas estabelecidas até o Mercado Comum, os países do bloco procuram estabelecer políticas econômicas comuns a todas as partes, como taxas de inflação, déficit público, buscando o objetivo de estabelecer uma moeda comum para que todas as legislações envolvidas possam ser coerentes com os princípios da União Econômica.

- União de Integração Total: Na Integração total, os países não só concordam com o estabelecido na União Econômica, como colocam em prática, adotando uma política monetária comum, o que implica na criação de um Banco Central para atender os países-membros, desde que tais países possuam economias coerentes.

Analisando-se cada uma destas formas de integração dos blocos econômicos, podemos verificar que as medidas impostas por cada tipo de união visam estabelecer uma colaboração entre os países-membros do bloco, colaboração essa explicada pela busca de novos mercados, sua abertura, e a facilitação de penetração e trocas comerciais, ou seja, um interesse comum, que leva países de uma determinada região, a se unirem em prol do desenvolvimento deste interesse. Assim, buscam estabelecer regras que gerarão uma igualdade de tratamento, de modo a atender as necessidades de cada um deles, estabelecendo também todos os requisitos necessários para que determinada integração se faça possível, como a criação de um Banco Central, ou o estabelecimento de uma moeda comum, como citado anteriormente.

O gráfico a seguir mostra cada uma das formas de integração dos blocos econômicos, na seqüência em que leva até a Integração Total, e as medidas abrangidas por cada qual.

Gráfico 1- Fases da integração econômica entre países



Fonte: Carvalho & Silva (2000, p. 227).

Para se constatar se todo o processo funciona corretamente como pressuposto anteriormente, e quais as conseqüências para os países, muitos estudos já foram realizados a respeito dos tipos de integração existentes, e de seus efeitos positivos e negativos, também para a verificação do quanto a população e o país estão se beneficiando da integração, e do quanto a mesma tem colaborado para seu crescimento e facilitação na comercialização, sempre tendo como base a União Aduaneira, e o bem-estar da população da área abrangida pela União. A conclusão foi a de que existem dois tipos de efeitos: os estáticos e os dinâmicos.

Os efeitos estáticos são medidos em termos de criação e desvio de comércio, sendo que a criação de comércio se dá quando ocorre a substituição da produção de um determinado produto em um país membro, por importações desse mesmo produto vindo de outro país-membro, e o desvio quando ocorre substituição das importações de um produto feitas por um país de fora da União, por aquisições do mesmo produto vindo de um país-membro. Já os efeitos dinâmicos sobre o bem-estar são medidos em termos de economia de escala e do quanto a concorrência e os investimentos aumentaram em face à integração econômica (SILVA, 1999, p.134).

Para um melhor entendimento de todo o funcionamento de um bloco econômico, seus efeitos estáticos e dinâmicos sobre a população e sobre o próprio país, cabe analisar o começo da história da formação dos blocos, e verificar todas as mudanças que foram feitas ao longo dos tempos para o aprimoramento de suas ações, visando os negócios internacionais.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial surgiu a necessidade de uma reconstrução econômica na Europa. Em 1948, Bélgica, Holanda e Luxemburgo formaram então uma União Aduaneira conhecida como BENELUX. Três anos depois, em abril de 1951, constituiu-se a Comunidade Européia de Carvão e Aço (CECA), que além daqueles três países, abrangia também Alemanha Ocidental, França e Itália, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias e as restrições de natureza econômica entre aqueles países, para que pudessem reativar sua economia aumentando as transações comerciais, além de estabelecer uma política de preços de transportes e uma tarifa alfandegária comum aos países não-membros, a fim de facilitar a comercialização com eles também (MAIA, 2006, P. 221).

Ainda de acordo com Maia (2006, p.221-222), em 1957 foi firmado entre os seis países componentes da CECA o Tratado de Roma, que compreendia os seguintes objetivos:

- Eliminação de todos os obstáculos que impediam a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e mão-de-obra;
- Extinção das taxas aduaneiras entre os países-membros e eliminação das restrições às importações e exportações;
- Estabelecimento de tarifas alfandegárias e políticas comerciais comuns aos não-membros;
- Estabelecimento de uma política comum para a agricultura e transportes;
- Criação de um Fundo Social Europeu para treinar os trabalhadores prejudicados pelo Tratado, melhorando a vida da população;
- Criação do Banco Europeu de Investimento para expandir a economia dos países-membros.

Tais objetivos deveriam ser alcançados em três etapas de quatro anos cada uma, prorrogando para, no máximo, 15 anos para implantação total. O Tratado de Roma acabou por oficializar a Comunidade Econômica Européia (CEE), composta pelos mesmos seis países, que seguiam os objetivos acima, e que anos mais tarde sofreram a adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, quando, conseqüentemente, treze anos depois, mais alguns países aderiram: Alemanha, Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal, Áustria, Suécia e Finlândia (MAIA, 2006, p. 222).

À medida que a integração entre os países foi crescendo, a denominação do bloco foi se modificando de CECA (Comunidade do Carvão e Aço), para CEE (Comunidade Econômica Européia) e finalmente UE (União Européia). Em 1992 foi firmado pelos membros da UE o Tratado de Maastricht, que definiu o processo de integração dos países-membros, como a criação do euro seguida de um estabelecimento de metas para que os países se encontrassem num mesmo patamar econômico, e, assim, tornando a adoção de uma moeda única viável, a criação de um Banco Central único, de um mercado sem fronteiras integrado, uma meta de integração gradual até o ano de 2000, e a criação de um “cidadão europeu”, que poderia trabalhar em qualquer país da UE (MAIA, 2006, p.226-227).

Em 2002, mais dez países foram admitidos: Hungria, Lituânia, Letônia, Estônia, Polônia, Chipre, Malta, República Checa, Eslovênia e Eslováquia. O Tratado de Maastricht contribuiu e muito para a consolidação de uma União Econômica e Monetária integrada e forte, colocando o euro em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999, e estabelecendo uma política externa comum a todos os países-membros, que possibilitou uma igualdade de crescimento e fortalecimento (MAIA, 2006, p. 227).

Todo o modo como a UE funcionou desde o seu princípio, contribuiu para que hoje fosse o bloco econômico mais bem sucedido da história, e o único exemplo de Direito Comunitário do mundo, embora ainda não seja composto por todos os países europeus. Desde o começo, o agrupamento de países buscou agir tendo em vista a reconstrução econômica do continente, preocupando-se em grande parte com a população dos mesmos, que formam a mão-de-obra, um fator de produção primordial para que os objetivos de crescimento fossem realmente atingidos.

Até hoje, o procedimento da UE caminha neste sentido. O último tratado estabelecido foi o Tratado de Lisboa, cujo objetivo é aumentar a democracia, eficácia e transparência da UE, tornando-a capaz de enfrentar todos os futuros desafios globais, como as mudanças climáticas, por exemplo. Este caso da União Européia mostra claramente como um bloco econômico é capaz de ampliar e facilitar os negócios entre países.

Desde o início do aparecimento dos blocos econômicos até os dias atuais, inúmeros blocos já foram formados e existem ainda até hoje. Todos os continentes, exceto a Antártida, possuem países participantes de blocos econômicos, e, muitas vezes, mais de um bloco abrange países de um mesmo continente, ou, até mesmo, diferentes países participam de diferentes blocos.

O continente americano é o que mais possui blocos econômicos. O primeiro deles foi a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), criado em 1960, e composto

por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A ALALC objetivava a ampliação destes mercados nacionais para que houvesse melhor aproveitamento dos fatores de produção e, conseqüentemente, uma produção em escala, para reduzir os custos. Entretanto, a ALALC não conseguiu atingir seus objetivos devido, principalmente, à diferença de níveis econômicos de seus países-membros. Em virtude disso, foi extinta a ALALC e criado a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), composto pelos mesmos países mais Cuba. A ALADI instituiu os Acordos de Alcance Regional, onde participavam todos os países-membros, e os Acordos de Alcance Parcial, onde participavam somente alguns dos países-membros. Entretanto, a falta de desenvolvimento dos comércios intra-regionais, e algumas dificuldades de transporte enfraqueceram a ALADI (MAIA, 2006, p.230-231).

Outro importante bloco americano que envolve nosso país é o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), criado em 1991, quando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai firmaram o Tratado de Assunção. O MERCOSUL foi criado com o intuito de eliminar as tarifas aduaneiras entre os quatro países, implantar uma política comercial comum com os demais países, tornando as legislações coerentes com os princípios desse mercado, e permitindo o livre trânsito de trabalhadores. O MERCOSUL possui ainda países associados, quem não necessitam adotar a TEC (Tarifa Externa Comum), mas que também não possuem direito de voto. São eles: Chile, Bolívia, Peru e Venezuela. No início de sua criação, o Brasil conseguiu atingir um índice de exportação bastante relevante para com os demais países desse bloco, o que mudou significativamente sua posição na economia mundial, embora tendo crescido menos que a média mundial. Segundo a especialista Cabral (2010), “hoje, o Brasil ocupa a primeira posição no MERCOSUL, seguido pela Argentina em segundo lugar”.

Em 1992, Estados Unidos, Canadá e México assinaram o que deu origem ao NAFTA - *North American Free Trade Agreement* (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), com o objetivo de estabelecer uma Zona de Livre Comércio, eliminando as barreiras alfandegárias e outras barreiras comerciais entre os membros. Dessa forma, empresas americanas e canadenses podem comprar até 100% do capital de empresas mexicanas, podendo os executivos inclusive morar e trabalhar em qualquer um dos países-membros. Mesmo com a diferença econômica existente entre o México e os demais países, o NAFTA tem sido bem-sucedido, devido a uma política bem desenvolvida.

Dentre os grandes blocos americanos, o mais conflitante é a ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas), criada em 1994 na reunião Cúpula das Américas, em Miami. O objetivo da ALCA era eliminar aos poucos as barreiras comerciais, formando uma Zona de

Livre Comércio que iria desde o Alasca até a Patagônia. A ALCA daria origem a uma região de circulação livre de mercadorias, serviços e capitais. Porém, inúmeras manifestações foram realizadas contra a ALCA já que os argumentos norte-americanos não foram suficientemente concretos para convencer a população latina de que tal acordo realmente seria favorável a eles. Em 2005, a ALCA foi abandonada com o desligamento da Venezuela e do Brasil (PERCÍLIA, 2010). Talvez o que tenha acontecido no caso da ALCA, foi que a população julgou que o bloco econômico não se desempenharia como deveria, não criando trocas comerciais realmente favoráveis a todos. Assim, os efeitos dinâmicos da integração jamais poderiam ser alcançados, já que não haveria uma integração econômica igualitária.

Existem ainda muitos outros blocos na América tal como o Pacto Andino, formado por cinco países da Cordilheira do Andes: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela; o Caricom (Mercado Comum do Caribe), formado por países caribenhos; MCCA (Mercado Comum Centro Americano), formado pelos países da América Central.

No continente asiático, onde se situam hoje importantes potências econômicas, foi criado no fim dos anos 80, um bloco econômico que unia países da Ásia e do Pacífico, a APEC (Associação de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), formada, por iniciativa do Japão, abrangendo 20 países localizados nas regiões. O objetivo da APEC é criar uma Zona de Livre Comércio entre esses países que juntos somam um PIB (Produto Interno Bruto) de 16,5 trilhões de dólares e são responsáveis por mais de 40% das exportações mundiais. Daí a importância tão grandiosa deste bloco econômico e de sua influência não só entre os países-membros, como também em todo o mundo (MAIA, 2006, p.234).

Paralelamente à APEC, temos ainda na região a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), formada em 1967 e composta por: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia, Vietnã; e a CEI (Comunidade dos Estados Independentes), surgida em 1991 com o fim da União Soviética, que pretendia estabelecer uma moeda única e a centralização das Forças Armadas, mas que sofre com a instabilidade econômica de seus países. É formada por 12 países, sendo eles: Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão (BASILE, 2010).

Já na África, podemos citar a SADC (Southern Africa Development Community-Comunidade para Desenvolvimento da África Austral), que é formada por países da África Austral: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. O objetivo do bloco é o desenvolvimento e crescimento dos países africanos, e o

aumento da qualidade de vida de seu povo. A produção desses países foca a produção de produtos de base, de modo a diminuir a dependência desses países pelos produtos provenientes de nações desenvolvidas.

Figura 2- O Mapa Mundi e os Blocos Econômicos



Fonte: <http://www.marcoscintra.org/fotos/mapa-globoBE.gif> (2010)

Outros muitos blocos já foram formados por entre os continentes de nosso planeta, entretanto, os citados acima foram os mais relevantes e que alcançaram maior êxito na história. O mapa mundi dividido em blocos, apresentado acima, permite uma melhor visualização de suas localizações e distribuições pelos continentes.

Analisando-se a formação de todos esses blocos econômicos, juntamente com seus objetivos, pode-se observar que eles realmente atuam no sentido de desenvolver determinada região, com o aumento da qualidade de vida de sua população, como citado no início deste subitem, conseqüentemente dando início à facilitação comercial entre estes países. Eles refletem perfeitamente esta nova ordem global formada desde o fim da bipolarização mundial, que tende a eliminar as fronteiras econômicas e comerciais entre os países.

Desde o início da era multipolarizada, o mundo vem se globalizando e se desenvolvendo cada vez mais, tendo gerado um processo de divisão do trabalho que contribui para o crescimento econômico dos países, já que possibilita uma maior produtividade dos indivíduos. Sendo assim, a melhor maneira de as nações se desenvolverem é por intermédio da formação de uma forte interação comercial, onde cada um produz de acordo com seus

aperfeiçoamentos. Por exemplo, não compete à China, um país tão populoso e com uma tecnologia cada vez mais avançada, utilizar parte de seu território somente para a criação de gado. É muito mais cômodo e vantajoso que ela importe carne de outro país especializado neste tipo de criação. Sendo assim, os blocos econômicos vêm se mostrando hoje uma excelente forma de baratear produtos e permitir o avanço das tecnologias, já que a produtividade é aumentada, os custos baixados, e cada um se especializa no que for mais conveniente a si próprio (GUERRA, 2009, p. 6-8).

Baseado nisso, compete a cada nação agora fazer o bom uso de suas especialidades e o bom aproveitamento dos benefícios concedidos pela formação dos blocos econômicos, tendo sempre uma visão de negócios apurada, para que possam enxergar mais claramente as oportunidades de comércio criadas pela facilitação que os blocos econômicos vêm gerando no mundo, de forma a abrir cada vez mais seus mercados e estabelecer uma economia e um comércio forte e integrados com o resto do mundo.

CAPÍTULO 2 – DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA APLICABILIDADE FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

As teorias clássicas do comércio internacional desenvolvidas pelos doutrinadores Adam Smith e David Ricardo, foram criadas em virtude dos benefícios gerados pelo comércio internacional, como a divisão do trabalho, que gera a especialização, a produção em grande escala, que reduz os custos de produção, as condições diferentes de clima e a qualidade de solos diferentes, que fazem com que a produção de um país seja diferente de outro. Adam Smith, com a sua Teoria da Vantagem Absoluta, expõe as vantagens do comércio internacional quando um país produz algum produto a custo mais baixo que os outros. David Ricardo demonstra na Teoria da Vantagem Comparativa a possibilidade de haver comércio internacional, mesmo que um país não possa produzir a custo mais baixo que outro país, e John Stuart Mill apresenta a teoria da Demanda Recíproca, onde esse problema é equacionado.

No entanto, tempos depois de as teorias clássicas terem sido tomadas como base para o comércio internacional, começaram a surgir questionamentos do porque as vantagens comparativas eram explicadas somente como sendo conseqüências de um único fator de produção (trabalho), e porque os fatores natureza e equipamentos foram deixados de lado, esquecendo-se também de explicar a razão da existência de diferentes níveis de produtividade e custos de produção entre países distintos, o que só Heckscher e Ohlin foram capazes de justificar em sua Teoria da Dotação dos Fatores.

Tais teorias deram início a uma série de discussões e negociações que norteiam o comércio internacional até os dias de hoje, servindo como uma espécie de alavanca, que vem dando espaço para que novas teorias e grupos econômicos apareçam.

Em 2001, uma dessas novas teorias surgiu quando o economista inglês do grupo financeiro Goldman Sachs, Jim O'Neill, criou o termo BRIC para designar quatro países que começavam a demonstrar grande potencial para o rápido crescimento: Brasil, Rússia, Índia e China. Segundo pesquisas e análises, os países do BRIC virão a ser grandes potências econômicas até 2050, equiparando-se a países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Apesar das críticas e dos argumentos contra as projeções do Goldman Sachs e do próprio O'Neill, os quatro países têm aceitado a idéia e utilizado a mesma para tentar criar vínculos, o que tem resultado em reuniões a respeito do tema desde 2008.

2.1 Das Teorias Clássicas do Comércio Internacional

Como visto no capítulo anterior, “o comércio internacional consiste na troca de matérias primas, bens e serviços além-fronteiras, buscando complementar necessidades internas com produtos e serviços de outras regiões do planeta onde estas ocorrem em abundância” (CASSAR, 2002, p. 79).

As teorias clássicas do comércio internacional explicam as condições econômicas nacionais (vantagens) que possibilitam a ocorrência das trocas. Adam Smith, economista e filósofo escocês, em seu livro *A Riqueza das Nações: Investigação sobre Sua Natureza e Suas Causas*, inclui uma visão sistemática acerca do comércio entre os países. O Mercantilismo, onde a riqueza de uma nação era medida pela quantidade de metais preciosos que possuía, é criticado por Adam Smith, pois, segundo ele, o erro dos mercantilistas foi não perceber que uma troca deveria beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, e que a riqueza de uma nação deveria ser medida em termos de produção e consumo de sua população e não na quantidade de metais preciosos em seu poder.

A teoria de Adam Smith parte da idéia de que cada país deve se concentrar em produzir aquilo que lhe é vantajoso, aquele tipo de mercadoria que consegue produzir mais barato que em qualquer outro lugar do mundo, seja por seus recursos minerais abundantes, pela qualificação de seus trabalhadores ou ainda por uma localização geográfica privilegiada. Se cada país se concentrar em produzir mercadorias para as quais apresenta maiores vantagens, necessariamente o custo dessas mercadorias será o menor possível, o que beneficiará tanto ao país produtor da mercadoria quanto àqueles que importarem seu excedente. Assim, cada país se beneficiará se exportar essas mercadorias e importar as outras de locais que apresentem vantagem absoluta. Isso proporcionará aos países vantagens recíprocas, uma vez que cada país comprará produtos que lhe custarão menos.

O livre comércio é um poderoso mecanismo capaz de promover o aumento da produção por meio da especialização e, com as trocas, aumentar o consumo e, conseqüentemente, o bem-estar das populações dos países que participam do comércio internacional (CARVALHO, 2004, p. 8).

“Todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural ou, antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade” (SMITH, 1983, vol. I p. 378).

Para Smith, o trabalho anual de uma nação é a principal fonte geradora dos bens de que necessita a comunidade. O aumento da produtividade do trabalho depende de sua divisão, ou seja, a propensão que a natureza humana tem de “trocar uma coisa por outra”. A acumulação de capital funciona como uma das condições prévias dessa divisão. Quanto à noção de valor, surgiu com as trocas de mercadorias. O termo valor apresenta dois significados, o de produtividade e o poder de compra, sendo o primeiro o valor de uso e o segundo, o valor de troca. Para Smith, o trabalho seria a medida do valor de todas as mercadorias. Em relação à questão preço, concluiu o economista que as rendas, os salários e os lucros são meros componentes da renda (CASSAR, 2002, p. 86).

Entretanto, a teoria de Smith não conseguia explicar e justificar todas as possibilidades do comércio. Tomamos como exemplo a existência de dois países: *A* e *B*.

Tabela 4 – Horas necessárias para produzir

PAÍS	HORAS PARA PRODUZIR UMA CAMISA	HORAS PARA PRODUZIR UM SAPATO
A	10	40
B	15	30

Fonte: MAIA (2006, p. 327)

A tabela nos mostra que, no país *A*, precisamos de quatro camisas para trocar por um sapato; *A* pode comprar um sapato de *B*, pagando com apenas três camisas, portanto, há uma grande vantagem nessa troca. Já no país *B*, com um sapato compramos duas camisas e se *B* vender um sapato para *A*, receberá três camisas.

A Teoria da Vantagem Absoluta de Adam Smith foi criticada, porque, segundo ele, os preços das mercadorias eram determinados pela quantidade de horas utilizadas (mão-de-obra) durante a produção, entretanto, o custo das mesmas é consequência de três fatores: natureza (matéria-prima), trabalho (mão-de-obra) e capital (investimentos). Considerou ainda, que cada país tem sempre vantagem absoluta em algum produto. A partir dessa tese, surgem as perguntas: O que aconteceria se um país não tivesse vantagem absoluta em algum produto? Se não produzisse nenhuma mercadoria a custos menores do que seus possíveis parceiros comerciais? Talvez esse país estivesse condenado a ficar excluído dos benefícios da especialização e das trocas.

Com essas dúvidas, surge uma discussão ao redor da teoria de Adam Smith. David Ricardo, também economista assim como Adam Smith, em seu livro *Princípios de Economia*

Política e Tributação, apresentou a Teoria das Vantagens Comparativas. Sabe-se que existem países pobres, sem tecnologia ou recursos naturais que lhes possibilitem produzir mercadorias a custos reduzidos em relação aos países desenvolvidos. Essa situação, segundo a Teoria da Vantagem Absoluta de Smith, inviabilizaria a relação comercial internacional entre dois países, caso um deles não apresentasse vantagem em alguma área. Já pela teoria das Vantagens Comparativas, Ricardo propõe uma explicação para o comércio entre nações sem vantagens absolutas na produção de nenhum bem. A contribuição de Ricardo para a teoria do comércio exterior foi a formulação do princípio dos custos comparados, se interessando por uma explicação das razões de troca das mercadorias ao comércio internacional. No comércio interno, a troca tendia a ser fixada ou governada pelas diferenças absolutas de custo; contudo, não havia qualquer mobilidade de capital ou trabalho entre países e não se aplicaria uma teoria da troca baseada em custos absolutos (CASSAR, 2002, p. 80).

Ricardo opinou que era a diferença comparada entre os custos o que determinava as razões de troca. Se um país pode produzir duas mercadorias a custo mais baixo do que outro, mas a vantagem em produzir uma mercadoria não é tão grande quanto a obtida por outro país, ele pagará ao outro para importar a primeira mercadoria, exportando a outra em pagamento. As razões de troca entre os dois países estão limitadas pelas razões dos custos nos dois países, medidos em termos de trabalho.

Tomamos como exemplo dois países: *A* e *B* apresentados pela visão de Ricardo:

Tabela 5 – Dias de trabalho necessários para produzir

PAÍS	100 METROS DE TECIDO	100 BARRIS DE VINHO
A	90 dias	80 dias
B	100 dias	120 dias

Fonte: MAIA (2006, p. 328)

De acordo com a Teoria da Vantagem Absoluta, não poderia haver comércio entre esses países, porque *A* produz vinhos e tecidos em condições melhores do que *B*. Ricardo parte então para o seguinte raciocínio (MAIA, 2006, p.328):

- *A* deve transferir os trabalhadores de tecidos para vinhos, onde tem maior vantagem. Com isso, deve comprar tecidos de *B* e vender vinho a *B*;
- *B* deve fazer o inverso, isto é, transferir os trabalhadores de vinhos para tecidos, onde tem menor desvantagem. Com isso, deve comprar vinhos de *A* e vender tecidos a *A*.

Diante disso, temos que:

- *A* vende 100 barris de vinho a *B* pelo preço equivalente a 90 dias. Como *A* gasta apenas 80, tem um lucro de 10. Compra 100 metros de tecido pelo preço equivalente a 90 dias. Como gasta 90, não perde nem ganha nessa operação;
- *B* compra 100 barris de vinho pelo preço equivalente a 90 dias. Como o custo interno é de 120, *B* tem um lucro de 30. Vende 100 metros de tecidos por 90. Como o custo interno é 100, perde 10; mas ganhou 30 no vinho. Portanto, *B* tem um lucro final de 20.

Dessa forma, essa troca se torna um bom negócio. Portanto, o comércio entre dois países pode ser realizado porque a vantagem absoluta de *A* em vinho supera a falta de vantagem na troca de tecidos. Vemos que a Teoria da Vantagem Comparativa de David Ricardo é mais abrangente do que a Teoria da Vantagem Absoluta de Adam Smith, pois Ricardo abandonou a idéia dos custos absolutos e partiu para a idéia dos custos comparativos, e assim como Adam Smith, considerou que os preços eram determinados principalmente pela quantidade de horas trabalhadas, visto que não foram considerados outros fatores como custos da matéria-prima e de transportes, mas ambos procuraram mostrar que a especialização da produção estimula o comércio internacional e beneficia o consumidor.

“Se as mercadorias estrangeiras forem mais baratas e, portanto, uma parte menor do produto anual da terra e do trabalho da Inglaterra for utilizado para as importações, uma parte maior sobrá para a compra de outras coisas. Se, como pode perfeitamente acontecer, a demanda por chapéus, sapatos, trigo, etc. for maior do que antes, os consumidores de mercadorias estrangeiras terão disponível maior parcela de seus rendimentos, ficando disponível também o capital com que anteriormente se pagava o maior valor das mercadorias importadas. Assim, aumentando a demanda de trigo, sapatos etc., existirão também os meios de proporcionar uma oferta maior, e, portanto, nem os preços nem os lucros poderão crescer permanentemente. Se maior parcela da produção da terra e do trabalho da Inglaterra for destinada a compra de artigos estrangeiros, menor parte poderá ser dedicada a compra de outros bens, e portanto, haverá menor procura de chapéus, sapatos, etc. Ao mesmo tempo que o capital for liberado da produção de sapatos, chapéus etc., maior quantidade deles deverá ser empregada na fabricação das mercadorias com as quais os produtos estrangeiros são comprados. Conseqüentemente, em todos os casos a demanda conjunta de mercadorias estrangeiras e nacionais será limitada, no que se refere ao valor, pelo rendimento e pelo capital do país. Se uma aumentar, a outra deverá diminuir” (RICARDO, 1982, p. 102).

Para Ricardo, as razões de troca das mercadorias no comércio internacional passam pela diferença comparada entre os custos dos dois países; se um país pode produzir duas

mercadorias a custo mais baixo do que outro, mas a vantagem em produzir uma mercadoria não é tão grande quanto a obtida pelo outro país, ele pagará ao outro país para importar a primeira mercadoria, exportando a outra em pagamento. As razões de troca entre os dois países estão, portanto, limitadas pelas razões dos custos nos dois países, sendo estes custos medidos em termos de trabalho agregado para a sua produção.

Cabe lembrar que Ricardo era favorável a liberdade de comércio, julgando-a benéfica a um país. Ricardo (1982, p.103), especifica:

O comércio exterior, portanto, embora altamente benéfico para um país, na medida em que eleva o montante e a diversidade dos objetos nos quais o rendimento pode ser gasto, e na medida em que, pela abundância e barateamento das mercadorias, incentiva a poupança e a acumulação de capital, não tem nenhuma tendência para elevar os lucros do capital, a menos que as mercadorias importadas correspondam àquelas nas quais os salários são gastos.

Posteriormente a Teoria da Vantagem Comparativa, John Stuart Mill formulou a Teoria da Demanda Recíproca, de modo inverso a Ricardo: a base não é a unidade do produto, mas o que dois países diferentes conseguem produzir em um mesmo número de horas.

Tomamos como exemplo:

- Em 10 horas, o país *A* produz 20 toneladas de aço;
- Em 10 horas, o país *B* produz 10 toneladas de aço.

Aparentemente, não haveria muita diferença, mas pelas análises feitas pode-se distinguir a diferença.

Tabela 6 – Produção comparativa de dois países

Insumo de Trabalho (Homens/hora)	País	Produção de Aço	Produção de Trigo
10	A	20 tons	20 tons
10	B	20 tons	15 tons

Fonte: MAIA (2006, p. 330)

Pela tabela, vemos que, *A* tem vantagem absoluta nos dois produtos (aço e trigo). Tem maior vantagem comparativa no aço, e *B*, não tem vantagem absoluta nos dois produtos. Tem menor vantagem comparativa no trigo.

De acordo com essa teoria, dois países podem efetuar trocas em função das alterações nas demandas de cada país, provocadas por problemas conjunturais, que aumentam ou diminuem a necessidade momentânea que cada país tem das mercadorias negociadas. Portanto, Mill introduziu um novo fator que estabelece o valor de troca, que é a demanda pelas mercadorias negociáveis nos dois países, possibilitando a realização de comércio quando os preços equalizarem as demandas nos dois países.

2.2 Das Teorias Modernas Para o Comércio Além-fronteiras

As teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill foram aceitas no comércio internacional durante muito tempo, somente sendo superadas no século XX. O que ocorreu, na verdade, foi que David Ricardo procurou explicar as vantagens comparativas somente como sendo conseqüências de um único fator de produção relevante, o trabalho, e se esqueceu de dar uma justificativa econômica plausível que citasse e explicasse os diferentes níveis de produtividade existentes em países distintos, e os conseqüentes custos de produção não-equivalentes (CARVALHO, SILVA, 2004, p.25).

Tais teorias necessitavam urgentemente serem reformuladas para que considerassem não só o trabalho como único fator de produção, mas também a natureza (matéria-prima), e os investimentos (*hards* e *softs*). Segundo Maia (1999, p.321), “Os *hards* são os equipamentos e os *softs* são os métodos de trabalho, tais como a racionalização, patentes, sistemas administrativos etc.”. Assim, as relações de troca entre nações seriam estabelecidas de formas distintas ao especificado pela teoria valor-trabalho, base da teoria clássica.

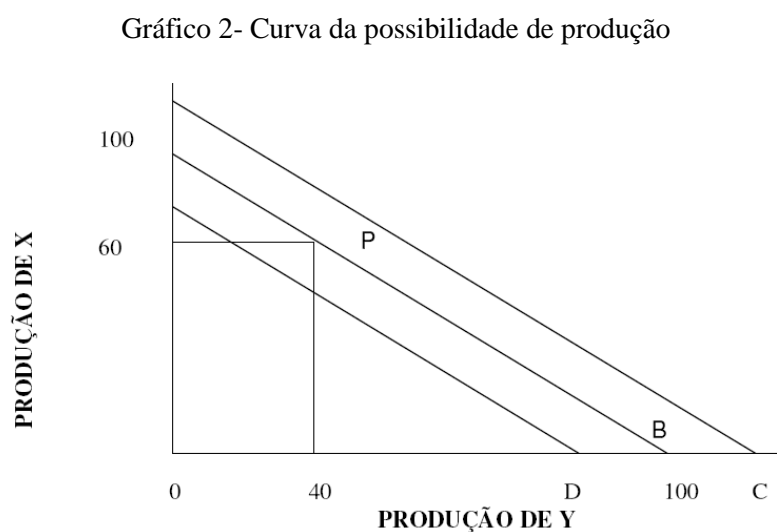
A transgressão se iniciou com Smith, no final do século XVII, argumentando que “o comércio seria benéfico para as nações, a partir do momento que houvesse vantagem absoluta na produção de um dos bens” (ISTAKE, 2003, p.36).

Foi aí que no início do século XX surgiu uma explicação razoável para as diferenças de custo de produção de uma mesma mercadoria produzida em diferentes países- e para as razões do comércio. A origem da teoria é um artigo publicado, em sueco, por Eli Heckscher, em 1919, e que só seria traduzido para o inglês em 1949. A divulgação de suas idéias começou realmente a ocorrer após a tradução para o inglês da tese de doutorado de seu discípulo, Bertil Ohlin, em 1933. Como Ohlin havia sido fortemente influenciado por Heckscher, essa argumentação ficou conhecida como teoria de Heckscher-Ohlin. A teoria de Heckscher-Ohlin, apesar de controversa, é considerada a mais importante e influente explicação para o comércio, depois da teoria das vantagens comparativas de Ricardo (CARVALHO, SILVA, 2004, p.25).

A teoria do comércio internacional evoluiu com a ajuda de Heckscher e Ohlin no sentido de incentivar o comércio e as relações entre as nações, ao contrário do que fizeram os mercantilistas, entre os séculos XVI e XVIII, que não viam o comércio entre países como uma virtude. Hecksher e Ohlin estavam com a razão. Atualmente, sua teoria continua a ser aceita e implementada no comércio além-fronteiras.

Para facilitar a compreensão da origem dessa teoria, seu funcionamento, e a necessidade de que existisse para colaborar com o comércio internacional, primeiramente iremos analisar as seguintes curvas (MAIA, 1999):

1. Curva da possibilidade de produção: Dentro da curva da possibilidade de produção, devemos supor um país A, que não participa do comércio internacional, produtor de duas mercadorias: x e y, sendo que uma tonelada de x custa o mesmo que uma tonelada de y, e que o país pode produzir 100 toneladas de mercadorias, sendo 50 de x e 50 de y. Para cada aumento de x, haveria uma diminuição de y, ou seja, o país A se quisesse produzir 51 toneladas de x, passaria a produzir 49 de y, isto é, teria de desviar fontes produtoras de y para x. O gráfico 2 mostra exatamente o funcionamento da curva:



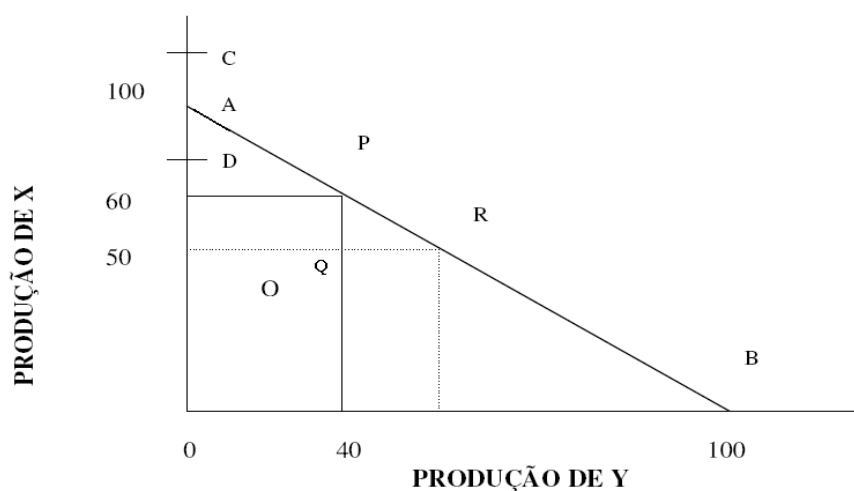
Fonte: <http://pessoal.sercomtel.com.br/rambalducci/graduacao/ecoint1/Aula%205.pdf> (2010)

No gráfico, a reta B representa a capacidade produtiva máxima que esse país pode alcançar, ou seja, a utilização de 100% de sua mão-de-obra, e a exploração do máximo que seus equipamentos permitem. Já o ponto P significa que estão sendo produzidas 60 unidades de x e 40 de y, e o ponto D mostra uma queda de produção, gerando desemprego e ociosidade. A conclusão é que a utilização de x e y depende das conveniências do mercado, o chamado

Custo Oportunidade, que é o custo de deixarmos de produzir um bem para produzir outro (MAIA,1999, p.322-323).

2. Curva da Indiferença: Na curva da indiferença, vamos considerar ao invés de uma nação, um indivíduo que necessita das mercadorias descritas no ponto P, 60x e 40y. No gráfico 3, o ponto Q mostra as quantidades que esse indivíduo dispõe no momento, 50x e 40y. Conseguindo um pouco mais de y, o indivíduo atinge o ponto R, o que mostra que o padrão de vida dele em Q e em R é igual em conforto, ou seja, qualquer ponto na reta B é indiferente e irá mostra o mesmo padrão.

Gráfico 3- Curva da indiferença



Fonte: <http://pessoal.sercomtel.com.br/rambalducci/graduacao/ecoint1/Aula%205.pdf> (2010)

Considerando-se agora que o país A inicia-se no comércio internacional, e que no exterior o preço de $2x=1y$, e não como em A, que $1x=1y$, podemos verificar que A tem vantagem comparativa em y, já que internamente com 1y ele consegue 1x, e externamente com 1y ele consegue 2x. A importação de x então não gera desemprego nem ociosidade porque todos os fatores que produziam x foram desviados para y, e o nível de vida melhorou já que agora existem mais x para cada cidadão que vive no país A (MAIA, 1999, p.327).

A análise destas duas curvas leva-nos a perceber a importância de se levar em consideração todos os fatores de produção, e não só o trabalho, já que todos influenciam a curva e contribuem para o comércio internacional.

Aparentemente, as teorias modernas e clássicas são muito parecidas em alguns pontos, entretanto, existem algumas diferenças que devem ser destacadas (MAIA, 1999, p. 328-329):

- As teorias modernas permitem o estudo da Curva de Possibilidade de Produção, Custo Oportunidade e Curva da Indiferença, onde pode-se quantificar melhor as condições de comércio internacional, sendo mais abrangentes que as teorias clássicas (MAIA, 1999, p.328-329).
- As teorias modernas consideram todos os fatores de produção;
- Nas teorias modernas existe o abandono da idéia de Valor Trabalho, sendo considerado agora o conceito de custo oportunidade;

Visto isso, volta-se agora para o entendimento da teoria de Heckscher-Ohlin, que, segundo Carvalho e Silva (2004, pag.25), “afirma que cada país se especializa e exporta o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção abundante”. Os dois economistas procuraram explicar porque o custo oportunidade difere de um país para outro- o que David Ricardo não foi capaz de explicar em sua teoria comparativa- e, após muitos estudos, chegaram à conclusão de que as diferenças de custos de uma nação para outra são conseqüências dos seguintes fatores (ISTAKE, 2010, p.37):

- Desigualdade de distribuição das matérias-primas, gerando uma diferença no custo dos insumos, já que serão mais baratas onde forem abundantes, e mais caras onde forem escassas;
- Proporção dos fatores de produção de acordo com o tipo de atividade, sendo que a produção industrial exige maior capital, e a produção agrícola maior proporção de terras;
- Imobilidade do fator mão-de-obra, que não pode se deslocar de um país para outro em decorrência das leis de imigração, provocando diferenças salariais entre as nações;
- Dificuldades na transferência dos fatores de produção de um país para outro.

Segundo essa teoria, tais diferenças estão presentes entre as nações, e são responsáveis por conduzir o comércio internacional, que funciona como uma troca de fatores abundantes e escassos em cada um dos países. “No caso de dois fatores, dois produtos, e duas regiões, o comércio estaria baseado na troca de bens com produção mais barata em cada região, ou seja, aqueles cuja produção requer maior quantidade do fator abundante”.

Heckscher e Ohlin, na elaboração de sua teoria, primeiramente Heckscher, e depois Ohlin, tiveram que trabalhar em cima da criação de quatro hipóteses, até chegar à conclusão de que cada país se especializa naquilo que requer seu fator de produção mais abundante, visando explicar também o porquê do custo oportunidade ser diferente de um país para outro.

- Hipótese 1: As tecnologias de produção são idênticas nos dois países considerados. Assim, um mesmo conjunto de técnicas está disponível para todos os produtores de um mesmo bem. Neste caso, existe uma taxa marginal de substituição de trabalho por capital, taxa essa crescente e que se apresenta com diferentes relações em função dos diferentes produtos.

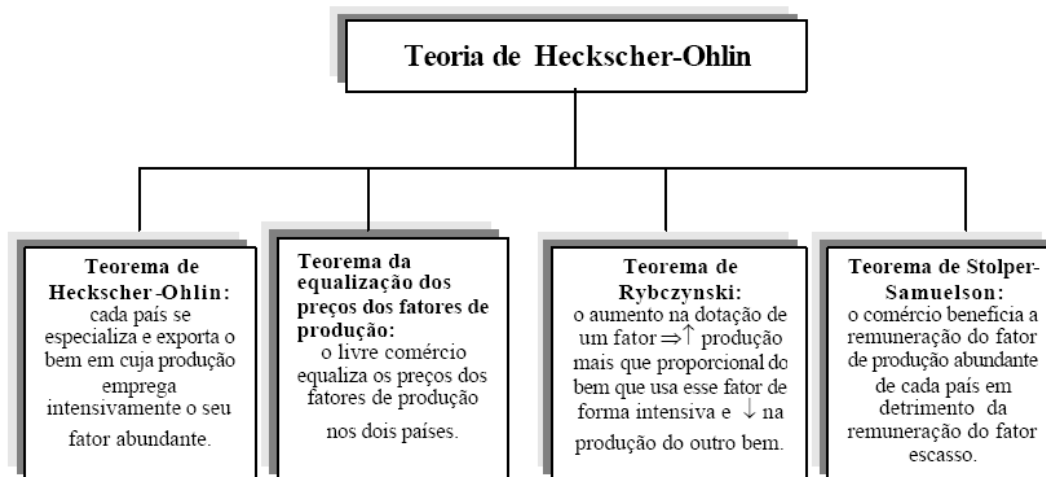
- Hipótese 2: A função de produção de um bem “X” é intensiva em trabalho e a função de produção de um bem “M” é intensiva em capital: As empresas resolverão qual bem produzir e com qual combinação de fatores.

- Hipótese 3: No país B o trabalho é relativamente abundante; no país W o capital é relativamente abundante: A especialização de cada país também decorrerá desta observação.

- Hipótese 4: As preferências dos consumidores são iguais nos dois países: Os bens X e M são substituíveis, assim, cada país estabelece sua demanda atingindo a curva de indiferença mais elevada possível com sua renda e a oferta de acordo com as fronteiras de possibilidades de produção (CARVALHO, SILVA, 2004, p.26-33).

Estudadas as quatro hipóteses, Heckscher e Ohlin criaram então os quatro teoremas que iriam, ao final, compor e dar existência à sua teoria.

Figura 3- Teoremas que compõe a teoria de Heckscher-Ohlin



Fonte: ISTAKE (2010, p.38)

Em primeiro lugar, o teorema de Heckscher-Ohlin visa explicar a diferença dos preços relativos das mercadorias entre nações e o respectivo padrão de vantagens comparativas. Em segundo, o teorema da equalização dos preços dos fatores de produção, desenvolvido por Paul Samuelson (1948), mostra que o comércio de mercadorias tem o mesmo efeito sobre os salários e os retornos de capital que as mobilidades dos fatores. Já o

teorema de Rybczynski discute o efeito da variação das disponibilidades dos fatores sobre as quantidades produzidas, ou seja, mostra que “o aumento da oferta de um fator de produção leva ao acréscimo da produção do país e do bem que utiliza, de forma mais intensiva, esse fator” (ISTAKE, 2010, p.39). E por último, o teorema de Stolper-Samuelson discute o efeito de uma tarifa que alterasse o preço de um produto importado, sem afetar os preços mundiais, o que, nesse caso, acarretaria na transferência de renda para o fator usado mais intensivamente na produção do bem protegido.

Após esta abordagem dos fatores que explicam as diferenças de custos entre os países, pode-se enxergar mais claramente a deficiência da teoria clássica, e onde a teoria moderna de Heckscher-Ohlin obteve sucesso, afirmando que os custos de produção dos bens em um país dependem da dotação de fatores (daí o nome de Teoria da Dotação dos Fatores), ou seja, da disponibilidade dos fatores de produção naquele país. “Esta afirmação foi tão importante que passou a ser usada como a justificativa de haver comércio entre as nações” (LUZ, 2010).

É muito simples perceber esta questão quando se analisa um exemplo prático: Se o Brasil possui abundância em terras cultiváveis, e a Noruega não, onde fica mais barato produzir alfaces? Pela lógica da teoria de Heckscher-Ohlin é no Brasil, já que a abundância de terras implica na existência de grande quantidade de concorrentes, o que conseqüentemente reflete nos preços, que são mais baixos, em virtude de nenhum produtor querer ficar com a mercadoria encalhada. Assim, o custo de produzir um determinado bem depende da estrutura do país em questão. Terras em abundância também implicam em alta produção de produtos agrícolas por baixos preços. É a lei da oferta e da demanda, onde o que é raro é caro.

Já os países que possuem abundância em capital, como é o caso da Noruega, irão se especializar na produção de computadores, por exemplo. David Ricardo já podia dizer isso em sua teoria, mais foi só Heckscher-Ohlin que explicaram o porquê desses custos serem assim. É por causa da dotação dos fatores de produção de cada um desses países (LUZ, 2010).

Essa teoria mostra ainda, com a existência da imobilidade dos fatores de produção, o quanto os países, na economia global em que vivemos, dependem dos fatores de produção uns dos outros para satisfazer suas necessidades. É como se a Noruega pedisse ao Brasil que produzisse alfaces e máquinas agrícolas, e que o Brasil pedisse à Noruega que produzisse computadores, o que “caiu como uma luva para os países desenvolvidos que encontraram um embasamento teórico para impedir que os países agrícolas se industrializassem” (LUZ, 2010).

Sendo assim, conclui-se que os principais efeitos do comércio exterior para as nações, de acordo com as teorias modernas do comércio além-fronteiras, são (MAIA, 1999, p.330):

- Realocação dos recursos produtivos, que transfere recursos destinados à produção de bens com desvantagem para a produção de bens que têm vantagem comparativa;
- Equalização dos preços no mercado internacional, onde os preços das mercadorias x e y nos países A e B tornam-se iguais.
- Melhora no nível de vida da população: Pela realocação dos recursos produtivos, haverá redução de custos, e, conseqüentemente, ampliação do poder aquisitivo da população.

2.3 Da teoria que deu origem ao termo BRIC

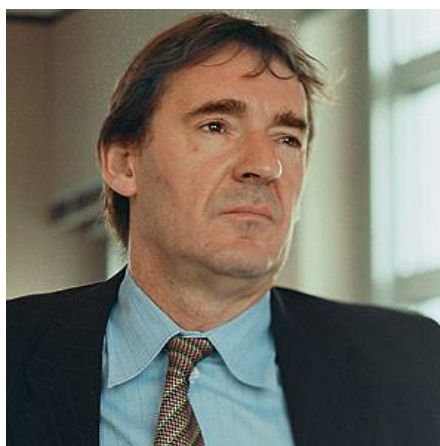
O texto abaixo contém tradução livre de trechos da reportagem de Gillian Tett publicada no Jornal Financial Times em 15 de janeiro de 2010:

O termo BRIC refere-se às iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, países emergentes que, segundo economistas, apresentarão maiores taxas de crescimento até 2050, os quais podem vir a ser grandes potências econômicas, equiparando-se a países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália (CERQUEIRA, 2010).

Segundo o website do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, “o acrônimo BRIC foi criado em 2001 pelo economista do banco Goldman Sachs, Jim O’Neill, no estudo ‘Building Better Global Economic Brics’”.

Filho de um carteiro, Jim O’Neill (Fig.4) cresceu no sul de Manchester e estudou na Universidade Sheffield, onde descobriu sua paixão por economia. Após terminar o doutorado na área, ele trabalhou como analista bancário, juntando-se ao Goldman Sachs em 1995. Em 2001, seu diretor, Gavyn Davies, anunciou sua saída da empresa, fazendo com que O’Neill assumisse seu cargo.

Figura 4- Jim O’Neill, criador do termo BRIC



Fonte: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/foto/02083124100.jpg>

Segundo O’Neill, o episódio de 11 de setembro o ensinou que a globalização não seria, de maneira alguma, sinônimo de “americanização do futuro” – e nem deveria ser. Para que a globalização avançasse, teria de ser aceita por mais pessoas, mas não por imposição de crenças e estruturas sociais e filosóficas americanas.

Como analista, O’Neill sempre foi atraído pelo tema da globalização e fascinado pelo crescente poder da Ásia. Para ele, o horror em Manhattan foi uma demonstração de que os países orientais passavam a ter mais importância – mesmo que de maneira negativa. Contudo, ele acreditava que isso poderia ser visto de forma positiva também. Ele afirmou que os economistas deveriam voltar sua atenção para o fato de que a economia oriental poderia adquirir mais poder no futuro.

Conforme analisava a situação global, O’Neill tornou-se cada vez mais interessado por quatro países: Brasil, Rússia, Índia e China. Separados pela geografia e cultura, eles nunca atuaram como um bloco econômico, mas, em 2001, possuíam em comum grandes populações, economias em desenvolvimento e governos aparentemente dispostos a se envolver com mercados globais e certos elementos da globalização. Para O’Neill, tais características fizeram desses países irmãos: todos eles tinham o potencial para o rápido crescimento.

Em 30 de novembro de 2001, O’Neill lançou “Building Better Global Economic Brics”, uma publicação que previu que nos próximos dez anos, o peso do BRIC e especialmente da China cresceria no mundo e alertou que, com tais avanços, a política global deveria ser reorganizada. O estudo imediatamente causou interesse entre os clientes do Goldman Sachs, principalmente aqueles que já vendiam – ou tentavam vender – produtos aos mercados emergentes.

Porém, muitos investidores e banqueiros – até mesmo do Goldman Sachs – pareciam céticos, já que países como o Brasil haviam acabado de sofrer alta inflação. Em visita ao Rio de Janeiro na época, O’Neill palestrou para mais de mil investidores da América Latina, e chegou a ouvir que a única razão para o “B” estar no grupo era porque, sem ele, o acrônimo “BRIC” não soaria bem.

Mesmo assim, O’Neill prosseguiu a discussão com seus parceiros e, em 2003, sua equipe publicou “Dreaming with Brics: The Path to 2050”. Este texto ousou ao declarar que, em 2039, os países BRIC possuirão a maior economia de escala ocidental. Por sorte – ou intuição –, O’Neill lançou esta idéia justamente enquanto muitos negócios ocidentais tentavam moldar suas estratégias para vender produtos aos países orientais ou usar regiões da China como base de manufatura. Em pouco tempo, o BRIC permitia aos executivos a discussão de novas estratégias, pois se apresentava como um grupo promissor, neutro, forte e politicamente correto.

Rivais do Goldman Sachs, como HSBC e Deutsche Bank, ofereceram fundos de investimento para comercializar utilizando a marca BRIC, mas os advogados do Goldman Sachs disseram que a palavra BRIC não poderia ser registrada como uma marca, já que ela não é um produto. Mesmo assim, o nome cresceu e ultrapassou até mesmo os limites do Goldman Sachs, fazendo com que novas correlações passassem a se desenvolver em preços de ações e grandes fluxos de investimentos – desde 2003, os mercados do BRIC cresceram de 2% a 9% no mercado global e O’Neill prevê uma representação de quase 50% desses países em 2050.

Como esperado, os rivais de O’Neill começaram a atacar. Alguns economistas afirmaram que era ridículo fazer previsões para 2050, principalmente porque muitas das projeções de O’Neill envolviam o crescimento extrapolado numa linha contínua. Outros comentaram sobre os quatro países poderem ou não ser descritos como um grupo: os analistas do Deutsche Bank argumentaram que, econômica, financeira e politicamente, a China destaca-se e continuará a se destacar em relação aos outros países do BRIC. Certos bancos tentaram até mesmo proibir seus funcionários de pronunciar o termo, pois não queriam fazer “propaganda” para o Goldman Sachs. Enquanto isso, alguns investidores ao redor do mundo sugeriam que seria melhor considerar o termo como BRICK – com a Coréia (Korea) inclusa –, BRIMCK – com o México incluso – ou ABRIMCK – Arábia e África do Sul inclusas. O fato de “BRIC” também remeter à palavra em inglês “brick” (tijolo) levou a sátiras que diziam que, com tanta sugestão de alteração do termo, logo será criado o bloco “CEMENT”

(cimento): *Contries Excluded from the Emerging New Terminology* (países excluídos da nova terminologia emergente).

O'Neill contra-atacou. A equipe do Goldman Sachs passou a investir em mais pesquisas sobre o BRIC, analisando desde o futuro crescimento da classe média na Índia até a utilização de carros no Brasil. Em 2005, O'Neill tentou explicar o motivo de Coréia e México não terem sido considerados em sua idéia: ambos eram membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Além disso, ele mencionou alguns dos países não presentes no BRIC, oferecendo um novo termo: "N-11", as próximas onze nações a emergirem como grandes potências – Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Coréia, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietnã. Apesar de confuso, o termo "N-11" passou a ser discutido em muitas empresas, como Nissan e WPP. Nascia uma nova terminologia.

Talvez o aspecto mais forte da idéia de O'Neill seja o que não aconteceu a ela: entrar em colapso quando a crise chegou. Ao invés disso, o conceito fez sucesso. A maioria dos países do BRIC e do N-11 se saiu bem da crise em relação às economias dos países ocidentais. Seus sistemas bancários estão intactos e suas economias crescem numa velocidade surpreendente. O'Neill afirmou em uma publicação recente que o "sonho" do BRIC para 2050 parece cada vez mais provável de se tornar realidade. O Goldman Sachs atualmente prevê que a economia da China tornar-se-á tão grande quanto a dos Estados Unidos em 2027, enquanto o BRIC como um todo será maior do que as grandes economias ocidentais em 2032 – quase uma década antes da primeira previsão.

O'Neill argumenta que o fato mudará muitas concepções sobre como o mundo funciona. Atualmente, o Goldman Sachs recomenda que os investidores decidam em quais empresas ocidentais investir baseados na certeza de que elas comercializam ou não com os países do BRIC e N-11. Sua última pesquisa estima que dois bilhões de pessoas podem juntar-se à classe média global em 2030, principalmente dos países do BRIC.

Tal argumento é muito bem aceito por alguns investidores, mas um tanto temido por outros. Para alguns, a exclusão de países como a África do Sul – ou até mesmo a Indonésia – parece cada vez mais sem sentido. E a inclusão da Rússia vem apresentando uma dor de cabeça cada vez pior, considerando que sua economia foi a única do BRIC a realmente declinar durante a crise – uma queda tão severa que alguns investidores suspeitaram que era hora de tirar o país do grupo.

No entanto, O'Neill continua relutante em diminuir as relações do Goldman Sachs com Moscou por causa disso. Embora admita que a Rússia tem "desapontado", ele também

insiste que se o país se recuperar forte e rapidamente em 2010 e 2011, como eles esperam, a Rússia merecerá seu status no BRIC.

Nos primeiros anos de surgimento do termo BRIC, os quatro países escolhidos por O'Neill tiveram diferentes reações à designação. Houve alegria na Rússia, confusão na China, cinismo no Brasil e indiferença na Índia. Contudo, atualmente os países estão utilizando a idéia para tentar criar vínculos reais. Em maio de 2008, a Rússia sediou a primeira reunião formal do BRIC, formada pelos ministros de relações exteriores em Yekaterinburg; em julho de 2009, houve um encontro com os chefes de Estado dos quatro países; e em abril de 2010, a reunião foi em Brasília, onde os quatro países discutiram a possibilidade de adoção de uma moeda local, abandonando o dólar. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, comentou:

Não se trata neste momento de discutir uma nova moeda. É preciso ter tranquilidade porque essas especulações causam abalos e afetam o comércio. O que temos conversado, e aconteceu principalmente numa reunião de peritos, é sobre o comércio em moeda local. Foi explicado aos países do Bric como temos feito com a Argentina e como isso ajuda a pequena e a média empresa para ver em que medida podemos trabalhar de maneira a não permitir que uma nova crise financeira do dólar ou do euro tenha o impacto que teve no comércio desses países (BRESCIANI, 2010).

Parece irônico os quatro países escolherem um termo criado por um banco americano para defini-los, mas esta decisão tem precedentes. Quando países como a Índia desenvolveram sua noção de identidade nacional e se rebelaram contra os britânicos – ou quando os soviéticos desenvolveram um nacionalismo similar –, eles o fizeram utilizando padrões que haviam sido impostos por um poder externo. Quando a situação global é redesenhada por um poder dominante, ela tende a não ser apagada.

De fato, o que faz de uma grande instituição como o Goldman Sachs tão influente nos dias de hoje não são simplesmente suas relações comerciais e políticas, mas também sua habilidade de investir no que os banqueiros chamam de “liderança de idéias”, apoiando análises e assegurando sua divulgação por todo o mundo (TETT, 2010).

CAPÍTULO 3 – O TERMO BRIC E SEU DESENVOLVIMENTO

Vasto espaço territorial, economia recentemente estabilizada, situação política estável, especialização em mão de obra, aumento de produção e exportação e PIB (Produto Interno Bruto) em crescimento são somente algumas das características compartilhadas pelos países que compõem o BRIC. Analisadas enquanto Brasil, Rússia, Índia e China começaram a se desenvolver e, aos poucos, passaram a ter um papel mais significativo na economia internacional, tais características foram essenciais para que o economista Jim O'Neill criasse o termo que uniria um grupo tão promissor.

Contudo, o BRIC não é definido somente por suas características em comum; suas diferenças representam um papel muito importante no desenvolvimento de cada país e nas decisões tomadas pelos grupos recentemente. Não se pode analisar o crescimento do BRIC sem levar em conta o potencial do Brasil quando se trata de agricultura e reservas minerais, a riqueza da Rússia em matérias primas e sua economia mais desenvolvida, o grande potencial da Índia para investimentos em tecnologia de informação e o histórico de rápida ascensão e desenvolvimento da China, o que passa a causar medo em alguns países de que esta potência possa vir a destruir a ordem global atual.

Unidos por características em comum ou por diferenças, o importante é que os países do BRIC possuem imenso potencial para crescer nos próximos anos, pois se apóiam um no outro para discutir interesses, definir objetivos e promover formas de crescimento.

O crescimento econômico dos países do BRIC traz considerações positivas e negativas, mas são as mais elevadas para o século XXI. A perspectiva é de que os países do bloco serão responsáveis por 60% do crescimento da economia mundial nos próximos oito anos. Porém, ainda há um longo caminho pela frente para que o bloco se torne uma verdadeira potência mundial.

3.1 Características comuns aos países que compõem o BRIC

Um dos motivos mais importantes que levaram Jim O'Neill a cunhar o termo BRIC foi constatar que os quatro países que viriam formatar a globalização e dominar a economia global no futuro possuíam características comuns. O economista analisou que Brasil, Rússia, Índia e China compartilhavam certos aspectos, como uma economia recentemente estabilizada, uma situação política estável, mão de obra em grande quantidade e em processo

de qualificação, níveis de produção e exportação em crescimento, boas reservas de recursos minerais, investimentos em setores de infra-estrutura (estradas, ferrovias, portos, aeroportos e usinas hidrelétricas), PIB (Produto Interno Bruto) em crescimento, índices sociais em processo de melhorias, diminuição – embora lenta – das desigualdades sociais, rápido acesso da população aos sistemas de comunicação (inclusão digital), mercados de capitais (Bolsas de Valores) recebendo grandes investimentos estrangeiros e investimentos de empresas estrangeiras nos diversos setores da economia.

Brasil, Rússia, Índia e China detêm 26% do território, 42% da população e 14,5% do PIB mundial. Nos últimos cinco anos, contribuíram com mais de 50% para expansão do PIB mundial, de acordo com estatísticas exibidas por acadêmicos no seminário realizado em Brasília, no dia 14 de abril de 2010, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Segundo Martins (2010), os interesses comuns destes países são consideráveis e cresceram devido à crise mundial. “O BRIC sofreu menos os impactos da recessão americana e se recuperou mais rapidamente, puxando a economia internacional para o leito do desenvolvimento. Isto fortaleceu politicamente o bloco”.

Analisando as características de cada país, constata-se que o Brasil é um país com muitas vantagens. Ele tem potencial para ser o maior fornecedor mundial de produtos agrícolas e possui grandes reservas minerais, além de um parque industrial diversificado. Os brasileiros são empreendedores e inovadores. Enquanto na China as políticas públicas são as responsáveis pelo crescimento, no Brasil e na Índia o empreendedorismo independe do governo.

Em relação aos outros países, o Brasil fica atrás em desempenho econômico. Contudo, é um dos favoritos pelos fundos, porque tem um forte mercado consumidor, exportações com baixo custo e uma certa imunidade dos mercados financeiros a escândalos políticos.

Para integrar-se de vez ao fluxo internacional de capitais, o Brasil precisa: 1) tornar-se uma sociedade com inflação baixa numa perspectiva de longo prazo; e 2) dar mais segurança aos investidores mediante a adequação de leis e regulamentos, bem como evidenciar características de comportamento de governo, segundo a opinião de Jim O’Neill (...). Para manter-se no BRIC, o Brasil, segundo O’Neill, precisa crescer entre 3% e 3,5% ao ano pelas próximas décadas. Se isso acontecer nas próximas quatro décadas, o país será a sexta maior economia do mundo (FREITAS, 2010).

Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), o Brasil também é o país que possui menos avanço, com crescimento médio de 3% ao ano, enquanto China e Índia chegam a 10%. No entanto, o próprio O'Neill afirmou que o país não precisa de uma taxa de crescimento maior para se tornar uma potência econômica. O mais importante, segundo ele, é o controle da inflação, a fim de baixar os juros e possibilitar um melhor acesso do dinheiro ao setor produtivo, gerando mais consumo e emprego (SANDIM; MACHADO, 2010).

Além disso, o Brasil possui mais experiência democrática e instituições mais fortes comparado aos outros três países do BRIC. Empresas como a Petrobrás, por exemplo, receberam o selo de “investment grade”¹, por operarem em uma economia com ambiente político, econômico e jurídico estáveis. Enquanto o mercado de valores mobiliários no Brasil conta com as melhores práticas de governança corporativa, a Índia não possui tanto avanço em seu mercado de capitais, e a China e a Rússia ainda encontram-se no ponto de partida desta prática, segundo administradores de fundos de investimentos.

O que pode explicar o fato de, muitas vezes, o Brasil ser visto como o ponto mais fraco do BRIC é que suas instituições são vistas como pouco confiáveis, e sua imagem negativa chega à imprensa internacional justamente porque o país tenta combater esse problema. Já os outros três países se beneficiaram de um rápido crescimento, mas precisarão de grandes reformas para atingir sustentabilidade.

Por sua vez, a Rússia é considerada um dos países mais ricos em matérias-primas, responsável por cerca de 20% da produção mundial de petróleo e gás natural, além de possuir grandes reservas de ambos os combustíveis. O país depende muito das exportações de commodities, principalmente petróleo, gás e metais, e viabiliza grandes oportunidades a quem deseja fazer negócios com ele (SCHWARTZ, 2010).

A Rússia possui as características típicas dos BRICs, como grande território e população, é um país industrializado e possui abundantes recursos naturais, sendo o principal mercado da região. Aliado a isso, a Rússia é a única do grupo BRICs que já possuiu status planetário e demonstrou poder ao frear os Estados Unidos. Este país foi um dos grandes vencedores da II Guerra Mundial e possui cadeira no conselho de segurança da ONU, com direito a veto, ou seja, consegue barrar tudo que os Estados Unidos e seus aliados querem no âmbito da ONU (SILVA, 2010).

¹ O grau de investimento ou “investment grade” é uma nota concedida pelas agências de classificação de risco que indicam a capacidade de um país pagar sua dívida interna e externa. Vários indicadores são avaliados, como o índice de reservas internacionais, solidez da economia, estabilidade política, entre outros fatores sociais, como liberdade de imprensa e distribuição de renda entre a população.

De acordo com Anders Aslund, membro do Instituto Peterson de Economia Internacional, a Rússia é superior aos outros países do BRIC quando se trata de desenvolvimento econômico. Porém, o país passou por um susto em 2009, quando viu seu PIB cair quase 9%. O fato surpreendeu a todos, já que o país havia acumulado uma das maiores reservas internacionais e era considerado imune a crises financeiras (ANDERS, 2010).

Enquanto isso, China e Índia continuaram a crescer, e o Brasil não passou por queda alguma. De fato, a Rússia possui poucos interesses em comum com os outros países do BRIC e quase nenhum com a China. A conferência do clima em Copenhague (figura 5) demonstrou como os interesses da Rússia divergem dos outros países do BRIC e, no lugar do BRIC, deu ênfase ao grupo BASIC² – Brasil, África do Sul, Índia e China – países que precisam de mais emissões de carbono. A Rússia permaneceu ao lado dos europeus, apoiando o Protocolo de Kyoto. Talvez a conferência de Copenhague tenha mostrado que o lugar da Rússia é ao lado de economias maduras e não de países emergentes (ANDERS, 2010).

Figura 5 – Conferência do clima em Copenhague em 07 de dezembro de 2009



Fonte: thesheaf.com/wp-content/uploads/2010/01/Copenhagen-conference-photo-via-UN.jpg

Ainda assim, a Rússia tenta recuperar-se da crise de 2009. Segundo a ministra da Economia russa, Elvira Nabiullina, a economia do país cresceu 4,2% no primeiro semestre de 2010. “Em junho, o PIB registrou expansão de 4,9% em comparação ao mesmo mês do ano passado (...). A projeção de expansão para 2010 (...) é de 4%, uma vez que o país recupera-se de sua mais profunda recessão em uma década” (DECLOEDT, 2010).

² BASIC é um termo criado em 28 de novembro de 2009 para designar Brasil, África do Sul, Índia e China, países que se comprometeram a atuar juntos na conferência do clima em Copenhague.

Em 29 de maio de 2009, Malcolm Wheatley publicou que os quatro países do BRIC continuavam a crescer, mas que a Índia aparentava ser o mais seguro para se investir. Isso ocorre devido sua mão de obra qualificada, seus recursos naturais, seu mercado interno e sua força econômica. A economia do país havia crescido 5,8% na época, segundo informação divulgada pela Organização Central de Estatísticas de Nova Délhi. O setor rural cresceu 2,7% e a atividade de construção, 6,8% (WHEATLEY, 2010).

O setor industrial da Índia consiste principalmente em aço, automotriz, biotecnologia, medicamentos e produtos farmacêuticos, processamento de alimentos, minerais e fertilizantes. Uma de suas maiores características é possuir excelentes técnicos, além de uma localização muito adequada para empresas que desejam terceirizar suas atividades de desenvolvimento de software, call centers ou tecnologia de informação. Um exemplo de sucesso é o chamado KPO³ – Knowledge Process Outsourcing (Subcontratação de Processos de Conhecimento) – que experimentou recentemente um importantíssimo crescimento na Índia. Além disso, outros setores também atraentes para o investimento externo são os de serviços de telecomunicações, transporte, combustíveis, produtos químicos, atividades de construção, cimento e produtos de gesso.

Zhang Xiang, editor do website English.News.Cn, publicou que a Índia saiu satisfeita da reunião do BRIC ocorrida em Brasília no dia 15 de abril de 2010 (figura 6). Segundo especialistas, o país apreciou os outros três países do BRIC terem reconhecido suas aspirações econômicas e apoiado um papel maior para Nova Délhi no campo de relações internacionais. O primeiro ministro Manmohan Singh, que representou a Índia na reunião, afirmou que os países do BRIC possuem outra característica em comum; todos emergiram muito melhor de uma crise global do que diversos países do mundo. “Está na hora de Nova Délhi tirar vantagem da reunião que reconheceu o desejo de crescimento da economia indiana. Os países do BRIC estão dispostos a colaborar para a reforma do governo mundial.”, acrescentou (XIANG, 2010).

³ Knowledge Process Outsourcing (KPO) é uma forma de terceirização, em que o conhecimento e as informações relacionadas com o trabalho a ser realizado serão tratadas de uma forma mais estratégica e menos operacional gerando ao contratante maior inteligências nas operações.

Figura 6 – Reunião do BRIC em Brasília em 15 de abril 2010



Fonte: <http://smalltok.com/wp-content/uploads/2010/06/BRIC2010B.jpg>

Por sua vez, a China enxerga sua cooperação no BRIC – e a cooperação do BRIC de forma geral – não somente como um meio de resposta às grandes potências atuais, como por exemplo, os EUA. Para a China, além de ajudar a minimizar a dependência nos EUA e, possivelmente, restringir o unilateralismo americano, a cooperação do BRIC possui muitos outros objetivos. A China também beneficia-se porque estabiliza seu ambiente internacional, auxilia outros países em desenvolvimento, fortalece sua identidade, coordena sua posição com os outros países do BRIC para alavancar o crescimento e camufla-se em um grupo para evitar atenções negativas.

Segundo Glosny (2010), a China precisa do BRIC bem menos do que os outros três países. Por ser a segunda maior economia do mundo, um país de armas nucleares, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e um poder em ascensão cuja influência espalha-se pelo mundo, tê-la como parceira ajudou a criar o status e o perfil dos outros três países do BRIC. Tal cooperação traz para a China uma excelente oportunidade de compartilhar suas experiências de desenvolvimento e aprender com outras experiências. Os países do BRIC enfrentam os mesmos desafios e, por isso, trocam idéias e experiências em alimentos, agricultura, doenças, energia e aquecimento global.

Os países do BRIC aprenderam que trocar idéias também possibilita a coordenação de posições e a maximização do crescimento nos encontros com os países ocidentais. Especialistas e líderes chineses notaram que se eles querem aumentar sua participação nas

relações mundiais e reformar a ordem internacional, eles precisam fazê-lo através das relações com os países ocidentais. Porém, eles também aprenderam, ao observar como a Rússia tem sido excluída das decisões importantes do G-8, que a melhor maneira de se relacionar com os países ocidentais é como um grupo unido.

Devido às experiências históricas de potências tentando destruir a ordem global e provocar guerras, o crescimento da China e de novas potências tem causado em muitos o medo de que a história se repita. Conforme a China empenha-se em participar do BRIC, alguns questionam se o novo grupo representa um esforço para romper e destruir a estrutura mundial atual, mas – apesar de discordar de certos aspectos da ordem internacional – a China tem aceitado a ordem e decidiu consertar seus problemas, reformando-se internamente. Embora os países do BRIC questionem o dólar e pressionem as potências ocidentais para tornar a ordem global mais inclusiva e representativa, tais esforços não indicam um plano para destruí-la enquanto os quatro países se fortalecem.

É evidente que os quatro países do BRIC possuem características em comum, as quais foram pontuais na decisão da criação do grupo e, por sua vez, da aceitação do termo por parte de seus membros. Porém, cada um possui sua própria herança histórica, sua cultura, seus interesses e, principalmente, estruturas diferentes. O Brasil, por exemplo, é especializado em agricultura, enquanto a Rússia em commodities, a Índia em serviços e a China em manufatura. O Brasil e a Índia possuem regimes democráticos, enquanto a China se mantém num regime autoritário e a Rússia em um semi-autoritário. Apesar das diferenças, os especialistas prevêm um futuro positivo para o BRIC. Como conclui Stefan Maer, do Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e Segurança:

De qualquer forma, vimos cada vez mais que, nos últimos anos, países grandes e influentes vêm usando cada vez menos organizações multilaterais, como a ONU, por exemplo, para fazer política e definir diretrizes. Eles procuram muito mais a formação de alianças informais com outros países, através das quais é possível discutir, de forma flexível, sobre um ou outro ponto, a fim de que se consolide, se possível, posições comuns (BERNING, 2010).

3.2 Contextos político, histórico, econômico e social para o desenvolvimento da teoria que criou o BRIC: atualidades

Desde a criação do BRIC, muito se especulou a respeito das previsões feitas por Jim O'Neill, seus membros formadores, e até mesmo o motivo pelo qual fora criado. Entretanto,

analisando-se as características comuns destes países, o fato de estarem apresentando nos últimos anos um crescimento estrondoso, até mesmo no momento em que o mundo enfrentava a crise mundial de 2008, onde “China expandia a 8%; Índia e Rússia a 7%, e o Brasil, a 4%, o quadro era: os países BRIC crescem e os outros não” (PONTES, 2010). Desta forma, cabe destacar qual era o contexto mundial e dos membros do BRIC no instante em que foram criados, e o que mudou com o passar do tempo até os dias de hoje.

A letra B do BRIC, o Brasil, é um país localizado em um ambiente político relativamente pacífico, que apresentou na história soluções antecipadas de suas demandas territoriais, e que ocupa até hoje uma posição de defensor político no *status quo* regional, buscando, desde os primeiros anos do século XX, um papel internacional de mediador. Foi um país que se industrializou rapidamente durante a segunda metade do século XX, um membro-fundador das Nações Unidas, e também um dos 23 países fundadores do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) (FOOT; 2009, p 43-50). Pode-se notar através destes dados, que desde o início o Brasil foi um país fortemente ligado ao comércio internacional e preocupado com o desenvolvimento do mesmo.

Quando o BRIC foi criado, em 2001, a presidência do Brasil era ocupada por Fernando Henrique Cardoso, quando, segundo FOOT:

O Brasil assumiu uma presença mais ativa na América do Sul e passou a desenvolver uma liderança mais ostensiva na região. Além de inaugurar uma série de cúpulas presidenciais sul-americanas em 2000, Brasília também se tornou mais ativa na gestão de crises regionais. Tentou-se introduzir, de forma gradual, mais vida ao Pacto Amazônico - um grupo criado em 1978 pelo Brasil e seus vizinhos amazônicos - e procurou desenvolver uma agenda de cooperação com Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia.
(FOOT, 2009, p.55)

Ainda neste período, foi realizada uma pesquisa pelos membros da política externa brasileira, que indicou uma aspiração à maior influência internacional por parte do Brasil, que optou por duas formas onde buscava alcançar esse objetivo: pela credibilidade, que enfatizava a necessidade de se enxergar o país pela perspectiva de seus potenciais parceiros, fazendo com que o Brasil não apresentasse um “superávit de poder”, e sim uma capacidade de cooperação na criação de regras e instituições, e pela autonomia, que buscava maior projeção internacional e manutenção da flexibilidade da política externa (FOOT; 2009, p.49).

Atrelado a essas políticas que buscavam impulsionar o comércio e a economia brasileira, o país contribuía ainda com ações sociais, como o envio de unidades policiais às missões da ONU no Timor Leste em 1999, e no Haiti em 2004.

Mais especificamente no ano de 2001, quando surgiu o BRIC, pela primeira vez, desde 1994, a balança comercial brasileira apresentou um resultado positivo de US\$ 2,643 bilhões. Um dos principais responsáveis por esse superávit foi a exportação de produtos agrícolas, que passou de 14 bilhões em 2000 para 18 bilhões em 2001 (TRÓPIA, 2010).

Foi nesse contexto que se inseriu a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), movimento popular mais importante no Brasil na década de 90, e que vem lutando até hoje por uma reforma agrária, representando a má distribuição de renda no país e a desigualdade social, que pouco mudou com o passar do tempo, e que se encontra presente no atual contexto social brasileiro.

Ao longo do tempo o cenário mudou e o presidente foi substituído. Hoje, Luís Inácio Lula da Silva busca manter a diplomacia brasileira e sua posição de mediador no cenário mundial, continuando a contribuir com missões de ajuda a países atingidos por catástrofes. A economia vem sendo marcada por uma busca desenfreada ao crescimento econômico, à expansão das relações econômicas, e à forte negociação nos blocos e grupos econômicos dos quais faz parte, como o MERCOSUL, o G-20, e o próprio BRIC.

No âmbito do comércio exterior brasileiro, as iniciativas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, cujo atual ministro é Celso Amorim, intensificaram as relações exteriores do país com outros países, desde o início do governo Lula, tornando a China, em 2009, o maior parceiro comercial do Brasil, o que contribuiu para que o país oriental se tornasse hoje o principal destino das exportações brasileiras, mostrando na prática a integração criada entre estes dois países, e o porquê de serem hoje membros do BRIC (PAUTASSO, 2010).

Além disso, o Brasil é visto hoje como o país mais atraente entre os membros do grupo devido à possibilidade de receber investimentos estrangeiros, já que possui fortes aspectos para o crescimento econômico, como o fato de ser reconhecido como um grande produtor agrícola, ter um parque industrial diversificado, e contar com grandes reservas minerais; ainda mais com a descoberta da camada pré-sal, onde será autossuficiente em petróleo e possível exportador; e apresenta um vasto mercado consumidor.

Em se tratando de Rússia, o segundo país na seqüência da palavra BRIC, FOOT (2009, p.78), define como “...um estado que recentemente foi ferido de maneira grave e ainda tenta parar de sangrar.”

O autor refere-se ao fato de a Rússia ter passado por um forte declínio evidenciado pelo fraco desempenho econômico do país no início da década de 80, onde o então presidente Gorbachev reconheceu o momento de crise, se empenhou para implementar reformas para o

sistema, porém falhou, culminando com o colapso da URSS. Enormes conseqüências continuaram a aparecer até cinco anos após o colapso, contraindo a economia russa quase à metade de seu tamanho anterior, o que a levou ao seu ponto mínimo em 94-95. Após o período, a economia iniciou um leve crescimento, quando em 97-98 sofreu um novo abalo por conta dos efeitos colaterais da crise asiática. Logo após, em 2000, com o governo de Vladimir Putin, a Rússia pôde voltar a respirar e retomar o crescimento econômico. (FOOT, 2009, p.79). Visto isso, constata-se que o período de retomada de crescimento relaciona-se com o período em que o BRIC foi criado, comprovando que a Rússia, apesar do forte abalo sofrido, apresentava-se em crescimento, uma característica comum marcante entre os componentes do grupo.

Tal período ainda foi marcado por conflitos. Após a proclamação da república em 1991 por parte da Rússia, iniciou-se uma luta pela independência dos demais países pertencentes à URSS. Os Países Bálticos proclamaram sua independência política, dando início ao desmembramento do país. As republicas, uma a uma, proclamaram sua independência política. A Chechênia buscou a separação, trazendo guerras civis em 94-96 e 99-05. Ucrânia e Belarus também, liquidando completamente com a antiga União Soviética. Entretanto, foi a Rússia quem ocupou o antigo espaço da URSS no cenário internacional, “inclusive o assento do membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e, em 1998, foi convidada a fazer parte do G-7, que passou então a G-8” (FERCOSI, 2010).

A Rússia é um território que se estende ao longo do Pacífico Báltico, cortado por 11 fusos horários diferentes, sendo o país mais extenso do mundo. Possui mais de uma centena de grupos étnicos e quase 300 nacionalidades distribuídas por 15 repúblicas federadas. Conseqüentemente, o número de movimentos separatistas e dominadores surgidos desde o início da década de 90 vêm crescendo cada vez mais, causando uma série de conflitos na região, como no caso da Ossétia do Sul, onde tropas russas e georgianas lutam pelo domínio da região (ANDOLFATO, 2008).

Apesar dos sucessivos conflitos presentes na história russa, atualmente o país encontra-se em crescimento, na tentativa de vencer as perdas do passado. O atual presidente, Dmitri Medvedev é jovem, moderno, e vem fazendo um bom trabalho quando se fala de economia. A mesma cresceu 4,5% no primeiro trimestre de 2010, quando o previsto para o ano todo era 6%, o que significa um grande avanço, já que a economia russa foi uma das mais atingidas pela crise mundial de 2008 (FERCOSI, 2010).

O forte avanço e fortalecimento da Rússia no comércio mundial têm ocorrido devido ao fato de ela apresentar grandes reservas de petróleo e gás natural, ser o segundo maior

produtor e exportador de petróleo do mundo, contar com a maior reserva de gás natural do planeta, e apresentar ainda um vasto mercado consumidor, quesitos considerados hoje importantíssimos e fundamentais para o desenvolvimento não só do comércio e da economia, como também de todo planeta.

De acordo com Foot (2009, p.92), o país ainda “busca maior acesso a mercados internacionais para seus exportadores, tratamento igual em questões de medidas antidumping e um maior papel no gerenciamento das relações econômicas internacionais” e “...é desenhada para limitar maiores perdas e para sustentar ou promover as condições que – no longo prazo – permitam que a Rússia ressurgja como uma grande potência em um sistema internacional pluralista” (FOOT, 2009, p.99), o que mostra que a Rússia têm agido promovendo seu crescimento, buscando expandir-se, para fazer jus a sua posição dentro do BRIC.

Já a letra I do BRIC, a Índia, muitas vezes erradamente julgada por leigos que pensam ser uma nação pobre e sem recursos, é um país que utiliza estratégias defensivas de negociação desde o início do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), inclusive mostrando-se contra os princípios de reciprocidade, que formam uma das estruturas do tratado.

A Índia é o berço do budismo e do hinduísmo, além de possuir seguidores de diversas outras religiões, como o islamismo, o sikhismo e o cristianismo, o que justifica os anos 90 terem sido marcados por crescentes choques do nacionalismo hindu com as castas inferiores e com a porção mulçumana da população.

Rumo ao liberalismo econômico, a Índia viu-se obrigada a abrir seu mercado e sua economia devido a um forte endividamento externo e a um baixo crescimento econômico que assolaram o país no ano de 1991, deixando no passado sua economia extremamente protecionista. Para o terço mais rico da população indiana, as reformas trouxeram uma era de prosperidade e conforto material, já para o terço mais pobre, a abertura só significou maiores dificuldades, principalmente nas crescentes favelas em torno dos centros urbanos. A globalização aumentou a inflação, o desemprego e a desigualdade. Porém, a luta pelo desenvolvimento e diminuição da pobreza tem sido uma constante no país, como o problema do analfabetismo, que começou a ser enfrentado seriamente a partir de 1988, e o quesito saúde, onde se destaca o progresso da assistência à natalidade nas últimas décadas, e têm sido implementado até hoje (BERNDT, NUNES, 2010).

Todas essas medidas fizeram da Índia um mercado extremamente atrativo, levando-a a ser considerada um tigre gigante e adormecido em meio aos velhos tigres asiáticos.

Paralelamente ao fato de a Índia ter passado por toda uma reforma e evolução econômica na década de 90, um fator muito importante, e que contribuiu grandiosamente para que o país atingisse a posição que ocupa hoje, iniciou-se no ano de 1999. Nesse ano, com a ascensão de um regime marcial no Paquistão, as relações deste país com os Estados Unidos se deterioraram, especialmente pelo apoio paquistanês ao regime Talibã do Afeganistão. O Paquistão passou a ser visto então com maus olhos pelo mundo, enquanto a Índia, por sua vez, foi elevada ao posto de estandarte sul-asiático da liberdade e da democracia.

Os negócios entre Estados Unidos e Índia aumentaram, e a importância indiana, com o então um milhão e meio de indianos residentes nos Estados Unidos, passou a ser reconhecida pelo congresso americano. A partir daí, a nação passou a ser uma grande aliada dos norte-americanos contra o terrorismo, o que trouxe reflexos na formação de parcerias com os demais países também em desenvolvimento naquele período, como Brasil e África do Sul, o que veio a calhar para que pouco tempo depois o BRIC se formasse.

A Índia atual, governada por Pratibha Patil, continua a expansão que iniciou nos anos 90. Somente no primeiro trimestre de 2010 cresceu 8,6%, o que vêm puxando cada vez mais investimentos internacionais, e não somente por isso, mas também pelo fato de o país estar investindo pesadamente na educação e formação de profissionais qualificados em áreas tecnológicas, principalmente em informática, o que demonstra a visão que o país vem tendo deste momento de crescimento, e a necessidade de profissionais devidamente qualificados, que possam dar continuidade ao crescimento, e contribuição para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Ainda, uma nova classe social ascendente está nascendo: são os milionários agricultores, que compram muitas terras, tratores, caminhões, carros luxuosos e até aviões, mas que não conseguem se inserir na sociedade tradicional, em parte por falta de estudo e de alguma formação, devido às precárias condições do passado, mais que hoje, encontram-se bem diferentes (FRANCISCO, CERQUEIRA, 2010).

Foot, em sua análise dos países do BRIC, define exatamente o modo como a Índia encontra-se politicamente e financeiramente no mundo atual:

A Índia, após décadas de combate a baixos níveis de crescimento econômico e ao status de país de Terceiro Mundo, está finalmente em ascensão. Cada vez mais ela participa como convidada especial de clubes exclusivos como o G-8 (grupo dos oito países mais desenvolvidos) e é vista como membro especial de instituições como a Organização mundial do Comércio (OMC). O país tornou-se destino de visitas de alto nível do mundo desenvolvido; seus líderes são recebidos no exterior com cerimônia e pompa. Independentemente de como as organizações progridam, sua candidatura a

um assento permanente no conselho de Segurança das Nações Unidas não pode ser descartada. A Índia não apenas se vê como uma grande potência emergente, mas também tem sido descrita por terceiros como um “Estado pivô”. (FOOT; 2009, p.101-102).

Por último, porém não menos importante que os demais, temos a China. Somente em 91-92, período coincidente e influenciado pelo que se passava na URSS, os líderes chineses começaram a arriscar-se na ordem mundial pós Guerra Fria. Em 1997, a China abandonou o socialismo de mercado e deu início ao capitalismo. Neste intervalo de tempo, o governo iniciou uma série de reformas para acelerar a transformação do regime socialista, com o objetivo de reduzir o déficit público, fechar os órgãos ineficientes, e expurgar a burocracia corrupta do partido comunista (FOOT, 2009, p.108).

A partir de então, uma seqüência de fatos começou a ocorrer no país. Um pouco antes, em 94 já era considerada a oitava economia mundial. Em 2001 a China passou a fazer parte da OMC devido a seu sucesso no cenário mundial, aumentando suas relações comerciais com os Estados Unidos e privatizando mais de 50% de suas estatais. Ainda neste ano, o governo comemorou o êxito do programa apenas um filho por casal, iniciado na década de 80, devido ao crescimento desenfreado da população, e que foi comprovado pelo censo do ano em questão. Como resultado dessa seqüência de acontecimentos, a China em 2002 já detinha 4,5% do comércio global. É de se entender o porquê de sua classificação como país emergente e sua conseqüente entrada para o BRIC no mesmo período (SANTOS, 2010).

O segredo da China para essa expansão está no fato de sua população ser bastante numerosa, o que se configura numa mão de obra barata, atrelado ao baixo custo de vida no país. Além disso, a moeda chinesa, hoje mais valorizada, já apresentou índices baixíssimos em relação ao dólar, fazendo com que seus produtos fossem muito baratos, o que atraiu ainda mais empresas multinacionais a se instalarem lá. Isso explica a invasão dos produtos “Made In China” no mercado internacional. Atualmente, o governo chinês tem feito uma flexibilização do câmbio, medida solicitada com insistência pelos governos ocidentais e que traz um pouco mais de equilíbrio aos termos de troca, exigindo mais empenho dos exportadores chineses e melhorando a competitividade dos produtos provenientes de tais países.

Além do vasto exército de operários e da atuação de diversos investidores estrangeiros no país, a China possui um investimento altíssimo em tecnologia e infraestrutura, para que possa continuar a desenvolver produtos condizentes com a concorrência e as necessidades do mercado global, além de um sistema de educação de alto nível, onde

99,8% dos jovens são alfabetizados, e apenas 10% da população vive abaixo da linha de pobreza. O governo ainda oferece nos parques industriais lotes com acessos por rodovias, ferrovias, portos e armazéns alfandegados; instalações industriais, espaços para construção de moradias de trabalhadores migrantes, e, principalmente, sindicatos dispostos a cooperar com os patrões e escritórios centralizados, protegendo os empregados. (FRANCISCO, 2010).

O crescimento chinês para o presente ano está previsto em 9,5%, e é em cima disso que vem trabalhando o atual presidente Hu Jintao, que mantém a política de incentivos governamentais e investimentos na produção de tecnologia. Além disso, o Banco Mundial também previu um aumento moderado da inflação (entre 3,5 e 4%), uma desaceleração nos investimentos estatais na economia chinesa e uma recuperação contínua das exportações, após a queda de 2009. (SILVA, 2010).

Foot destaca o avanço pelo qual a nação passou nas últimas duas décadas, e mostra claramente que as previsões feitas por Jim O'Neill podem de fato ocorrer:

A ascensão chinesa, especialmente marcante nos anos 1990, tem propiciado os argumentos realistas de que a nova ordem unipolar de supremacia norte-americana está levando a uma coalizão anti-hegemônica liderada pela China e de que este país está aumentando sua capacidade econômica e militar para competir em pé de igualdade com os Estados Unidos. (FOOT, 2009, p.125).

Vistos os contextos políticos, econômicos, históricos e sociais de cada um dos países-membros do BRIC no momento em que o grupo foi criado e no mundo atual, constatou-se que cada um deles, de acordo com seus fatores inerentes, passou a crescer e se desenvolver, tornando-se o foco econômico do mundo atual, e até mesmo uma ameaça para muitas nações. Uma análise da conjuntura mundial desse período ajudará a entender todo o processo.

A década de 90, como visto, foi marcada pelo desenvolvimento de diversos países fora do eixo EUA-Europa-Japão, pelo início da globalização, e pela desaceleração do crescimento devido ao aumento desproporcional de produção em relação ao mercado consumidor. Os indícios de estagnação das economias dos países desenvolvidos levaram seus governos a procurar novos mercados em países subdesenvolvidos, ampliando suas filiais ao redor do mundo, interligando as economias e quebrando as fronteiras entre as nações. Pouco a pouco as multinacionais passaram a transferir investimentos para esses países, o que resultou numa interdependência muito forte entre eles, fator essencial para que uma crise ocorrida em apenas um país se alastrasse por diversos outros.

Alguns países, como a Argentina, não conseguiram ser forte o suficiente para sobreviver neste momento de instabilidade, e enfrentaram uma grande crise. Passada a fase de turbulências, por volta do ano de 2003, a economia mundial inicia uma fase de crescimento acelerado, focando agora nos chamados “países emergentes”, que foram aquelas economias que criaram as condições necessárias para iniciar uma fase de crescimento sustentável. Alguns desses países, devido a suas grandes populações e extensões territoriais, como o Brasil, China, Índia e Rússia, ganharam grande projeção mundial, justamente por seus potenciais de se tornarem no futuro grandes potências econômicas. A citação freqüente desses quatro países quando o assunto relacionava-se à economia e ao comércio, chamou a atenção de inúmeros especialistas, entre eles Jim O’Neill, que então iniciou seus estudos acerca dos quatro países e criou o termo BRIC (AQUINO, 2009).

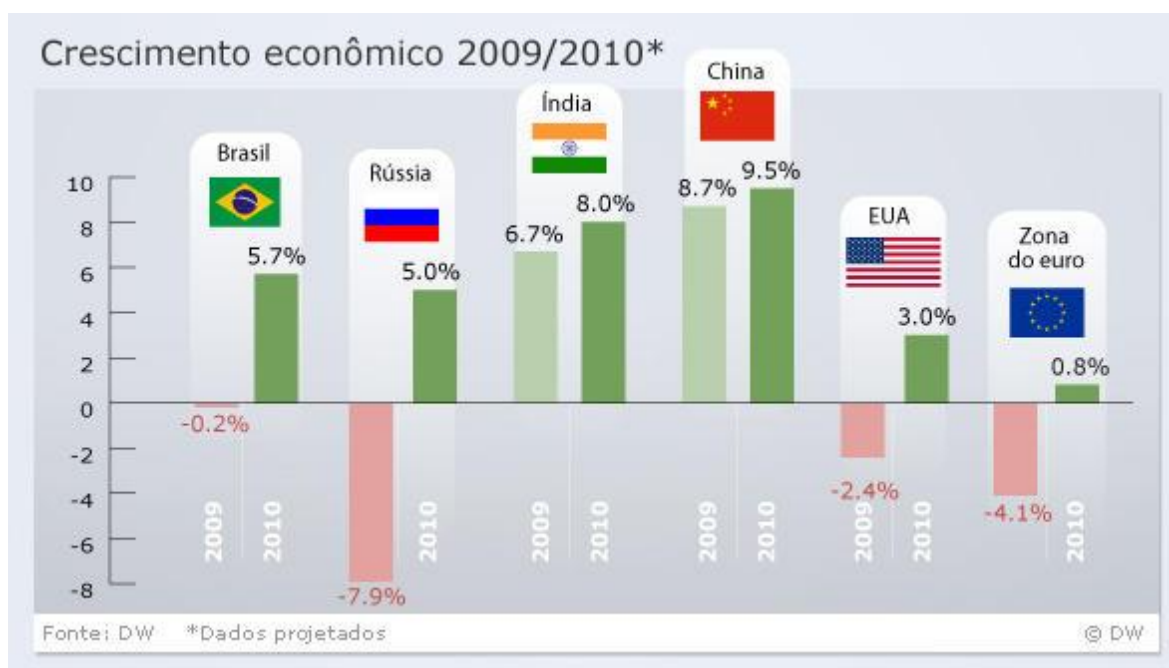
A fase de rápido crescimento, a partir de 2003, veio a ser interrompida novamente no final de 2008, com a crise financeira originada nos Estados Unidos. Pela sua importância, a crise norte-americana se irradiou pelo mundo, criando vítimas nos quatro cantos do planeta. Entretanto, os países do BRIC foram levemente atingidos. No caso do Brasil, por exemplo, a crise não foi tão sentida por ter um sistema bancário saneado na década anterior, e pôde contar com o suporte de uma reserva cambial de mais de 200 bilhões de dólares (AQUINO, 2009).

O desenvolvimento e a globalização surgidos nesse período de tempo foram os responsáveis por essa aproximação entre países ricos e pobres, o que culminou na formação dos blocos econômicos espalhados por todo o mundo e que vêm atuando fortemente no cenário mundial. Agora, populações de baixa renda têm acesso a produtos que jamais poderiam imaginar antes ter, já que a evolução tecnológica trouxe consigo a competitividade, e a conseqüente redução dos preços.

Hoje, o mundo prossegue nesse ritmo. O atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, vem entendendo perfeitamente a Nova Ordem Global, e atuando de modo a estar bem próximo desses países. Sucessivos encontros têm sido feitos com os países do G-20, um grupo formado pelos vinte países mais desenvolvidos do mundo, onde obviamente estão os países do BRIC.

Abaixo temos a comprovação em números do crescimento de Brasil, Rússia, Índia e China, comparativamente aos números dos Estados Unidos e União Européia no período de 2009 e meados de 2010.

Figura 7 – Crescimento econômico do BRIC em 2009/2010:



Fonte: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5475635,00.html> (2010)

Os dados confirmam uma especulação que já vinha ocorrendo há algum tempo, a de que os países do BRIC vêm caminhando no sentido a ultrapassar os dois gigantes até então dominadores isolados da economia e comércio mundial.

A história da economia mundial é assim, feita de momentos de crescimento e de crise. Se sobressai o país que mais aproveitar os momentos de crise, transformando-os em crescimento, coisa que os componentes do BRIC vem mostrando capacidade em fazê-lo.

3.3 Perspectivas positivas e negativas para a implementação de medidas a serem firmadas entre os componentes do BRIC

Tal como demonstrado anteriormente, o acrônimo BRIC, formado pelas letras iniciais dos nomes de quatro países de dimensões continentais – Brasil, Rússia, Índia e China – foi criado por Jim O’Neill. A ideia é que esses quatro países estarão no topo da economia mundial ao longo do século XXI e, se atuando em conjunto, os países participarão da construção de uma nova arquitetura econômica internacional que poderiam superar a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA). A princípio, os BRICs eram apenas a junção teórica, criada por um banco de investimento, de quatro países que poderiam ter um grande papel no futuro.

Porém, a crise econômica que eclodiu em 2008 afetou profundamente os EUA e a Europa. Os BRICs, no plano econômico, têm apresentado melhor desempenho do que os países desenvolvidos e, no plano político, passaram a ter maior visibilidade nos fóruns internacionais (como o G-20) e agora se tornaram uma espécie de G-4, que contou com a sua primeira reunião formal no dia 16 de junho de 2009.

Figura 8 – Os países emergentes do BRIC



Fonte: <http://www.suapesquisa.com/pesquisa/bric.htm>

Os BRICs possuem 8% da área terrestre do mundo, somando quase 4 vezes a extensão dos EUA. Em termos populacionais são 9,3 vezes maiores que os EUA e representam 42% da população do Planeta. Com uma população tão significativa, a densidade demográfica dos BRICs é 2,4 vezes maior do que a dos EUA e 5,6 vezes maior que a densidade média do mundo, embora exista uma grande diferença entre a densidade demográfica da Índia e da Rússia. As exportações, em 2007, dos quatro grandes países representaram 13,5% do total mundial e foram 65% maiores do que as dos EUA. Este indicador já reflete a importância dos BRICs no comércio internacional.

Embora o PIB (Produto Interno Bruto) dos BRICs, em termos de dólares correntes, seja baixo, representando apenas 50% do PIB americano, o mesmo em termos de paridade de poder de compra (PPC), é equivalente ao PIB americano. Mesmo tendo uma população mais pobre, os quatro países juntos já apresentam uma dimensão econômica equivalente ao tamanho da economia americana. Os países mais populosos – China e Índia – são aqueles que estão apresentando maior dinamismo econômico e diminuindo a distância dos seus parceiros de maior renda (ALVES, 2010).

Em termos de recursos naturais e humanos os BRICs superam em muito os EUA e taxas mais elevadas de crescimento econômico podem colocar os quatro países em uma posição privilegiada no século XXI, contribuindo, inclusive, para a redução da pobreza. A emergência destes quatro países pode significar um novo quadro no panorama internacional.

É discutível que os BRICs têm algo mais em comum do que seu tamanho e seu potencial econômico. As estruturas das quatro economias são muito diferentes, com o Brasil se especializando em agricultura, a Rússia em commodities, a Índia em serviços e a China em manufatura. Sua experiência com a recessão global também é bastante variada. O jornal

americano Financial Times, afirma que o que une os quatro países é o desejo de que os Estados Unidos não sejam tão dominantes na economia mundial. A criação do grupo agradou investidores e os líderes dos países incluídos no bloco, seduzidos pela noção de que eles poderiam se unir e usar seu peso econômico coletivo para dar nova forma ao sistema financeiro mundial. No entanto, cada país tem uma economia diferente e está num estágio diferente, o que dificultaria chegar a um denominador comum. As diferentes relações de cada um dos países do BRIC com os Estados Unidos e a falta de relação entre eles também complicaria as tentativas de união entre o bloco (ESTADÃO, 2010).

O crescimento econômico anual de Rússia, Índia e China, especialmente depois de 2003, tem sido cerca de 3 vezes maior do que o crescimento médio mundial e consistentemente maior do que o crescimento do PIB americano. O Brasil vinha apresentando crescimento econômico abaixo do crescimento do PIB mundial e crescimento do PIB *per capita* abaixo do desempenho dos EUA. Em 2007 e 2008, o Brasil passou a apresentar crescimento maior do que a média mundial, embora bem menor do que Rússia, Índia e China. Esses três países possuem muitos desentendimentos históricos, mas são países de grande peso no cenário internacional e possuem bombas atômicas. O Brasil, único país do hemisfério sul, entre os quatro, ainda está tentando se firmar na comunidade internacional. A cúpula dos chefes de Estado dos BRICs, em Yekaterinburg, Rússia, aconteceu em um momento de crise internacional e expressou a tentativa dos quatro países de formar um novo grupo internacional, o G-4, que poderia contrabalançar, em parte, o peso dos EUA e da União Européia nas decisões mundiais (ALVES, 2010).

Figura 9 – Encontro dos chefes de Estado na primeira reunião do BRIC



Fonte: <http://www.nytimes.com/2009/06/17/world/europe/17bric.html>

As críticas feitas ao bloco BRIC, se deve a fatores mais ou menos imprevisíveis que poderiam intervir e impedir a realização dos objetivos, visando os problemas ambientais que afetam os quatro países, os conflitos internacionais, as doenças, o terrorismo e também a gestão dos recursos energéticos. Os países do BRIC têm populações imensas abaixo do nível de pobreza, situação que poderia desencadear mal estar social crescente e estourar as finanças governamentais. A Rússia está em declínio demográfico há diversas décadas, o que poderia ter impacto importante no seu futuro. Desde o ano 2000, os problemas ambientais da China, ligados a aceleração de sua economia se tornaram alarmantes, sua poluição atmosférica pode provocar um freio em seu rápido desenvolvimento (GERTEINY, 2007).

Existem duas narrativas teóricas recorrentes nas discussões sobre como o sistema internacional influencia as políticas externas de Brasil, Rússia, Índia e China. A primeira enfatiza a distribuição de poder. A característica fundamental de qualquer sistema é a distribuição de poder material, e, logo, a realidade política dominante da ordem pós-Guerra Fria é a preponderância dos Estados Unidos. Capacidades militar e bélica são centrais ao entendimento de como o poder é distribuído e que conta como grande potência: "Grandes potências são determinadas com base em sua capacidade militar relativa. Para se qualificar como grande potência, um Estado deve dispor de capacidade militar suficiente para se sustentar consideravelmente em uma guerra convencional ilimitada contra o Estado mais forte do mundo" (HURRELL, 2006, p. 16).

Dessa perspectiva, o mistério do período pós-Guerra Fria, e sobretudo do período após o 11 de Setembro de 2001, tem sido a ausência de tentativa ostensiva de contrabalançar os Estados Unidos. Alguns explicam isso simplesmente como reflexo do poder esmagador dos norte-americanos. Outros sugerem que a ocorrência ou ausência de balanceamento reflete não apenas o poder dos Estados Unidos, mas também, a forma como esse poder é utilizado. Outros ainda argumentam que a estabilidade depende da idéia de auto-restrição e da disposição dos Estados Unidos de participar de instituições internacionais como meio de sinalizar tal auto-limitação estratégica. Uma hegemonia racional imporá a si mesmo certo grau de contenção e comprometimento institucional visando amenizar o medo de terceiros (HURRELL, 2006, p. 16).

Podemos notar que a emergência dos países do BRIC no comércio internacional muda o clima de nossa economia sob diversos aspectos: concorrência em outros mercados, utilização e custos dos recursos.

Para liberais institucionalistas, a globalização e redes cada vez mais densas de trocas e comunicação transnacional geram crescente demanda por instituições e novas formas de

governança. As instituições internacionais são necessárias para lidar com dilemas cada vez mais complexos de ação coletiva que surgem no mundo globalizado. À medida que grandes países expandem o alcance de seus interesses e se integram mais intensamente a economia e a sociedade mundial, serão naturalmente atraídos pelos benefícios funcionais oferecidos por instituições e pressionados em direção a padrões de comportamento mais cooperativo.

Instituições também são importantes para ajudar a explicar como surgem novas normas e como elas são difundidas pelo sistema internacional, como interesses estatais mudam e evoluem. Alguns dão ênfase à intrínseca racionalidade da liberalização econômica: com o fracasso de modelos econômicos estatistas, o comportamento racional por parte do Brasil, Rússia, Índia e China seria a gradual convergência de suas políticas externas no sentido de maximizar as oportunidades apresentadas pela globalização econômica. A suposição é que esses países sofrerão crescente pressão para se adaptar e que a lógica teórica dessa adaptação pode ser mais bem-captada por noções de adaptação racional, aprendizado e conhecimento técnico ou por noções de competição, persuasão normativa, socialização e internalização. Em segundo lugar, sugerem que as fontes de resistência a mudanças nessas sociedades certamente estão localizadas em coalizões de grupos de interesse que ascenderam ao poder sob modelos econômicos e políticos anteriores e têm capacidade de vetar mudanças, ou na influência de antigas idéias e ideologias, freqüentemente enraizadas em instituições estatais.

No Brasil, um estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que o país atingiu a melhor avaliação desde 1989 no ambiente econômico entre julho e outubro de 2009, e se consolidou como um dos mais atraentes do mundo para investimentos, com uma pontuação de 7,4 no cálculo do Índice de Clima Econômico (ICE). O resultado superior a 5,0 é considerado favorável ao crescimento econômico. O estudo ratifica a percepção de que o Brasil liderou a recuperação da conjuntura na América Latina e supera as outras potências emergentes do BRIC (China, Índia e Rússia) no cenário econômico após a crise que surgiu em 2008 (COMUNELLO, 2009).

De todos os países do BRIC, a expansão econômica na China tem tido o maior impacto em todas as empresas de capital fechado ao redor do mundo, com um saldo positivo de 12% ao longo dos últimos anos. Rússia e Índia têm um saldo de 8%, seguido pelo Brasil, com 5%.

O otimismo entre as médias empresas é muito forte nos países BRIC. Os empresários indianos são os mais otimistas de todos, e os da China são os terceiros mais otimistas. Os donos de empresas no Brasil e na Rússia também estão mais confiantes com as perspectivas

econômicas dos seus países do que a média global. Cerca de 82% dos líderes empresariais indianos consideram que a globalização é mais uma oportunidade do que uma ameaça para suas organizações. No Brasil, esse percentual é de 69%, na China, de 71% e na Rússia, de 30% (CANAL EXECUTIVO, 2010).

Segundo o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o comércio entre estes países deve chegar a US\$60 bilhões no ano de 2010. No ano de 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil. Isso se deve a superação da crise financeira global e a boa perspectiva de crescimento dos países. Entre 2000 e 2008, as nações do BRIC concentraram quase 50% do crescimento econômico do planeta, e espera-se que para 2014 essa participação chegue a 61% (CÂMARA BRASIL-RÚSSIA, 2010).

Os BRICs foram responsáveis por 67% das ofertas primárias de ações (IPO, em inglês) do mundo no 1º trimestre de 2010. As operações conseguiram levantar US\$35,2 bilhões, volume quatro vezes maior que o acumulado no mesmo período de 2009, após a crise. O bloco será responsável por 58% do crescimento da demanda mundial de petróleo neste ano de 2010, segundo projeções da Agência Internacional de Energia (AIE). Globalmente, a demanda vai aumentar 1,7 milhão de barris por dia, totalizando 86,6 milhões de barris por dia. O Brasil contribuirá neste ano com aumento de 180 mil barris diários na produção, sendo 145 mil barris de petróleo e 35 mil barris de etanol (CÂMARA BRASIL-RUSSIA, 2010).

Entre os países do bloco, a Rússia foi a que mais recebeu investimentos estrangeiros em 2010, somando US\$900 milhões em fundos que operam no mercado russo, superando os índices de Brasil, Rússia e Índia. As ações russas estão atraindo investidores estrangeiros por causa dos seus baixos preços, enquanto os elevados preços do petróleo infundem neles confiança na consistência da recuperação econômica.

Ministros da área agrícola dos quatro países do bloco assinaram em 26 de março de 2010 um acordo para combater a fome, que afeta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo. O pacto assinado visa criar uma base conjunta de informações agrícolas, que ajudará cada país a calcular produção e consumo e criar reservas nacionais de grãos. A Rússia, que no ano passado sediou o primeiro Fórum Mundial de Grãos, está se posicionando como grande fornecedora de grãos para o mercado mundial, e pretende dobrar suas exportações de grãos dentro de 15 anos e elevar sua colheita em 50% (CÂMARA BRASIL-RÚSSIA, 2010)

Os quatro ministros concordaram em compartilhar experiências no fornecimento de alimento a populações vulneráveis e a vítimas de desastres naturais, além de realizar trocas de

tecnologias agrícolas para ajudar a reduzir o efeito das mudanças climáticas sobre a produção alimentar.

De acordo com resultados publicados no International Business Report (IBR), empreendimentos de porte médio de capital fechado começam a capitalizar oportunidades de negócios com as economias em rápida expansão do BRIC. Longe de ser uma ameaça, o crescimento do Brasil, da Rússia, da Índia e da China foi positivo para as empresas durante os últimos anos. Nos países do bloco, é grande o otimismo entre os médios empresários, mas, na Rússia, no Brasil e na China, as empresas apontaram a questão do financiamento (custo, falta de capital de giro e de financiamento de longo prazo) como a principal limitação ao seu crescimento.

As perspectivas de crescimento econômico dos países do BRIC são as mais elevadas para o século XXI, mas os quatro países têm um longo caminho a trilhar antes que este novo “bloco” possa atuar como potência mundial do futuro (ALVES, 2010).

CONCLUSÕES

O desenvolvimento das primeiras relações comerciais entre os povos levou a uma ampliação da prática e os países notaram que não eram capazes de produzir tudo o que necessitavam. Por esse motivo, passaram a buscar variedades de produtos em outros países, dando origem ao comércio internacional.

A partir de então, foram criados órgãos para regulamentar as práticas de comércio internacional e incentivar relações internacionais mais favoráveis a todos os países. O mais importante desses órgãos é a OMC (Organização Mundial do Comércio), responsável por administrar e supervisionar as negociações sobre as regras do comércio internacional. Neste trabalho, foi possível concluir que sua tentativa de padronizar as condutas comerciais de seus membros pode estar ameaçada, nos dias de hoje, devido aos desentendimentos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, especialmente no tocante aos produtos agrícolas e os que envolvem propriedade industrial.

Com o fim da Guerra Fria e da bipolarização mundial, alguns países uniram-se com a intenção de possibilitar o crescimento econômico de cada um através de cooperação mútua, dando origem aos Blocos Econômicos. Essa ação auxiliou para que países com baixos índices de desenvolvimento passassem a apresentar bons resultados de crescimento.

A fim de estudar as práticas das trocas comerciais entre os países, surgiram diversas teorias. As chamadas teorias clássicas nasceram com as idéias de Adam Smith, o qual afirma que os países devem se concentrar em produzir o que lhe é vantajoso (Teoria da Vantagem Absoluta). Contudo, David Ricardo argumenta que era a diferença comparada entre os custos que determinava as razões das trocas comerciais (Teoria das Vantagens Comparativas). John Stuart Mill, por sua vez, defendeu que a base não é o produto, mas o que os países conseguem produzir em um mesmo número de horas (Teoria da Demanda Recíproca). Certo tempo depois, essas teorias foram reformuladas para que considerassem não só o trabalho como único fator de produção, mas também as matérias-primas e os investimentos, o que levou ao surgimento das teorias modernas. Foi então que Heckscher e Ohlin afirmaram que cada país se especializa e exporta o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção abundante (Teoria da Dotação dos Fatores) (LUZ, 2010).

Da mesma forma, em 2001, o economista Jim O'Neill analisou o cenário mundial e detectou quatro países que começavam a demonstrar grande potencial para um rápido crescimento econômico: Brasil, Rússia, Índia e China. Criou, então, com as iniciais de cada

um, um termo para designá-los: BRIC. Suas pesquisas indicam que os países do BRIC, em 2050, apresentarão resultados que poderão equiparar-se aos de países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália.

A princípio, alguns investidores e banqueiros demonstraram ceticismo quanto à teoria, pois o Brasil, por exemplo, havia acabado de sofrer alta inflação. Rivais desacreditaram nas previsões para 2050 e até comentaram sobre os quatro países poderem ou não ser descritos como um grupo, pois, segundo eles, a China destaca-se e continuará a se destacar em relação aos outros países do BRIC. Contudo, O'Neill deu continuidade às suas análises e ousou ao declarar que, em 2039, os países BRIC possuirão a maior economia de escala ocidental. Talvez o aspecto mais forte da idéia de O'Neill seja o fato da mesma não ter entrado em colapso quando a crise de 2008 chegou. Os sistemas bancários dos países do BRIC estão intactos e suas economias crescem numa velocidade surpreendente.

Foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho analisar as características comuns aos países do BRIC para entender o que os fez apresentar resultados tão parecidos no decorrer desses anos. Todos eles possuem um grande espaço territorial, tiveram sua economia e situação política estabilizadas recentemente e contam com considerável especialização de sua mão de obra. Recentemente, vêm apresentando um crescimento em relação à produção, exportação e até mesmo ao PIB (Produto Interno Bruto).

Apesar das críticas iniciais contra a teoria do BRIC, os quatro países têm aceitado a idéia e utilizado a mesma para tentar criar vínculos, pois visualizam vantagens para todas as partes. Recentemente, eles têm se encontrado em reuniões para tratar de assuntos pertinentes aos interesses do grupo. Em maio de 2008, a primeira reunião formal foi sediada na Rússia e, em abril de 2010, a reunião foi no Brasil.

A confecção do trabalho proporcionou uma melhor visão dos processos que envolvem o comércio internacional, seja em relação à sua história ou na análise dos fatos do cenário global atual, relacionando-os constantemente à questão dos países do BRIC. Espera-se que eles sejam responsáveis por 60% do crescimento da economia mundial nos próximos oito anos (COMUNELLO, 2010).

O importante é visualizar que Brasil, Rússia, Índia e China possuem grande potencial para crescer nos próximos anos, através de discussões, definições de objetivos e busca de formas de desenvolvimento. O que resta é observar se as medidas tomadas por cada um e pelo grupo em conjunto possibilitarão a concretização do “sonho” de O'Neill para o BRIC em 2050.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **BRIC virou G-4?**. Disponível em: <<http://opensadorselvagem.org/ciencia-e-humanidades/demografia/bric-virou-g-4>>. Acesso em: 04 de julho de 2010.

ANDERS, Aslund. **Does Russia Belong in the BRICs?** Disponível em: <<http://www.iie.com/publications/opeds/oped.cfm?ResearchID=1469>>. Acesso em 20 de julho de 2010.

ANDOLFATO, George El Khouri. **Movimentos separatistas buscam inspiração em Kosovo.** Disponível em: <<http://blog.controversia.com.br/2008/02/24/movimentos-separatistas-buscam-inspirao-em-kosovo/>>. Acesso em: 13 de julho de 2010.

AQUINO, Amilton. **Visão Panorâmica: BRIC.** Disponível em: <<http://visaopanoramica.wordpress.com/tag/brics/>>. Acesso em: 15 de julho de 2010.

BASILE, Nívia. **Globalização- O mundo em blocos.** Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/Geografia/artigos/geo_mundial/globalizacao_blocos.html>. Acesso em: 08 março 2010.

BERNDT, Priscila Pimont; NUNES, Tiago Estivallet. **A Índia e a Nova Ordem Mundial: Do desenvolvimento interno à influência externa.** Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo5.pdf>>. Acesso em: 14 de julho de 2010.

BERNING, Sarah. **Encontro em Brasília explicita diferenças e semelhanças entre países do BRIC.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2010/04/14/encontro-em-brasilia-explicita-diferencas-e-semelhancas-entre-paises-do-bric.jhtm>>. Acesso em 24 de julho de 2010.

BRESCIANI, Eduardo. **'Reunião dos Bric chama mais atenção do que G7', diz Amorim.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/04/reuniao-dos-bric-chama-mais-atencao-do-que-g7-diz-amorim.html>>. Acesso em: 03 de maio de 2010.

BRUNO, Artur. **Os Blocos Econômicos.** Disponível em: <<http://www.arturbruno.com.br/atualidades/mundo/texto.asp?id=272>>. Acesso em: 12 março 2010.

CABRAL, Gabriela. **MERCOSUL- Mercado Comum do Sul.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/mercosul.htm>>. Acesso em: 11 março 2010.

CÂMARA BRASIL-RÚSSIA. **Notícias da Rússia.** Disponível em: <http://torgrussia.org/Brazil/10_03-04_Noticias_Russia.htm>. Acesso em: 04 de julho de 2010.

CANAL EXECUTIVO. **Cresce impacto do BRIC nas médias empresas.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/cresce-impacto-do-bric-nas-medias-empresas/9478/>>. Acesso em: 04 de julho de 2010.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. **Economia Internacional.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CASELLA, Paulo Barbosa; MERCADANTE, Aramita de Azevedo. **Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio? A OMC e o Brasil.** São Paulo, LTr, 854p. 1998.

CERQUEIRA, Wagner. **BRIC.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/bric.htm>>. Acesso em: 03 de maio de 2010.

CINTRA, Marcos. **Blocos Econômicos.** Disponível em: <<http://www.marcoscintra.org/novo/default.asp?idSecao=14>>. Acesso em: 08 março 2010.

COMUNELO, Patrícia. **Brasil é o melhor dos BRIC's para negócios.** Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=12953>>. Acesso em: 13 de julho de 2010.

DECLOEDT, Cynthia. **Economia da Rússia cresceu 4,2% no primeiro semestre.** Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,economia-da-russia-cresceu-42-no-primeiro-semester,28007,0.htm>>. Acesso em 20 de julho de 2010.

DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício; RODRIGUES, Waldemar. **Comércio Exterior: História, Teorias e Práticas.** Alínea, 2002.

ESTADÃO. **BRICs são 'definidos por diferenças', diz 'FT'.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brics-sao-definidos-por-diferencas-dizft,388030,0.htm>>. Acesso em: 13 de julho de 2010.

FELISMINO, Rodrigo. **OMC: Impasse na Rodada Doha.** Disponível em: <<http://boletiminternacional.wordpress.com/2009/02/28/omc-impasse-na-rodada-doha/>>. Acesso em: 14 de março de 2010.

FERCOSI, Luana de. **URSS- O Fim da Superpotência.** Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/economics/1864340-urss-_-fim-da-superpot%C3%Aancia/>. Acesso em: 13 de julho de 2010.

FINANCIAL TIMES. **BRICs são 'definidos por diferenças', diz 'FT'.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brics-sao-definidos-por-diferencas-diz-ft,388030,0.htm>>. Acesso em 24 de julho de 2010.

FOOT, Rosemary; NARLIKAR, Amrita; MACFARLANE, Neil; HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; HURRELL, Andrew. **Os Brics e a Ordem Global.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. **BRIC.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/bric.htm>>. Acesso em: 12 de julho de 2010.

FREITAS, Newton. **BRIC.** Disponível em: <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=312>>. Acesso em 19 de julho de 2010.

GERTEINY, Gilbert Gilles. **Perspectivas de emergência dos países do BRIC.** Disponível em: <<http://mercado-global.blogspot.com/2007/03/perspectivas-de-emergncia-dos-pases-do.html>>. Acesso em: 04 de julho de 2010.

GLOSNY, Michael A. **China and the BRICs: A Real (but Limited) Partnership in a Unipolar World.** Disponível em: <<http://web.mit.edu/polisci/research/gradresearch/Glosny-China%20and%20the%20BRICs-Clean%20Sept%2011%20version%20ISA%20paper.doc>>. Acesso em 24 de julho de 2010.

GRANZOTTO, Alexandre José. **Relações Econômicas Internacionais.** Disponível em: <<http://www.professoramorim.com.br/dados/anexos/117.doc>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

GUERRA, Gabriel SEABRA Nogueira Candanedo. **Interação entre a OMC e os blocos comerciais e a importância dos mesmos para o comércio internacional.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/interacao-entre-a-omc-e-os-blocos-comerciais-e-a-importancia-dos-mesmos-para-o-comercio-internacional/2275/>>. Acesso em: 12 março 2010.

INDRIUNAS, Luís. **O que é o Bric?** Disponível em: <<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/bric.htm>>. Acesso em: 03 de maio de 2010.

ISTAKE, Márcia. **Comércio externo e interno do Brasil e das suas macrorregiões: Um teste do teorema Heckscher-Ohlin.** Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-22102003-171821>>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas.** São Paulo: Aduaneiras, 2002

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira.** Porto Alegre, Livraria do Advogado, 168p. 1998.

LAMY, Pascal. **Benefícios e Prejuízos da Globalização.** Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=41565&edt=29>>. Acesso em: 13 de março de 2010.

LUZ, Rodrigo. **Teoria Heckscher-Ohlin (ou Teoria Moderna).** Disponível em: <<http://www.pontodosconcursos.com.br/professor.asp?menu=professores&busca=&prof=76&art=1407&idpag=7>>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e comércio exterior.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Economia Internacional e comércio exterior.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Economia Internacional e comércio exterior.** Disponível em: <<http://pessoal.sercomtel.com.br/rambalducci/graduacao/ecoint1/Aula%205.pdf>>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

MARTINS, Umberto. **O BRIC e o desafio de construir uma nova ordem mundial.** Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=127712&id_secao=1>. Acesso em 19 de julho de 2010.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=9228>>. Acesso em: 03 de maio de 2010.

NERY, Natuza; COLITT, Raymond. **G20 pode ajudar a concluir rodada de Doha.** Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=659457>. Acesso em: 14 de março de 2010.

PAUTASSO, Diego. **O lugar da China no comércio exterior brasileiro**. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2010/01/19/o-lugar-da-china-no-comercio-externo-brasileiro-por-diego-pautasso/>>. Acesso em: 12 de julho de 2010.

PACIEVITCH, Thais. **Rodada de Doha**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/rodada-de-doha/>>. Acesso em: 14 de março de 2010.

PERCÍLIA, Eliene. **ALCA**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/alca.htm>>. Acesso em: 11 março 2010

PEREIRA, Wesley Robert. **OMC: Estrutura Institucional**. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES_ARQ_DESCR20051025125214.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2010

PONTES, Nádia. **Países do BRIC podem deixar UE para trás**. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5475635,00.html>. Acesso em: 12 de julho de 2010.

QUEIROZ, Rafael. Mapa **Organismos Internacionais e os Blocos Econômicos**. Disponível em: <http://www.grupoescolar.com/materia/organismos_internacionais_e_os_blocos_economicos.html>. Acesso em: 11 março 2010.

RASIA, Marcos A. Pitzer. **Economia Mundial pós Segunda Grande Guerra**. Disponível em: <http://paginas.ucpel.tche.br/~rasia/sa3/Economia_ap%3s_2_Guerra_Mundial.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2010.

SANDIM, Thiago; MACHADO, Sérgio Carvalho. **Brasil: Um Bric de muito potencial**. Disponível em: <http://www.capitalaberto.com.br/ler_artigo.php?pag=2&i=1406&sec=24>. Acesso em 19 de julho de 2010.

SANTOS, Helder. **Evolução chinesa**. Disponível em: <<http://www.colegioweb.com.br/geografia/evolucao-chinesa>>. Acesso em: 16 de julho de 2010.

SCHWARTZ, Nelson D. **Russia takes charge of the commodities market**. Disponível em: <http://money.cnn.com/2006/09/01/news/international/pluggedin_schwartz.fortune/index.htm>. Acesso em 19 de julho de 2010.

SILVA, Ivan Santiago. **Rússia – o BRIC que retomou o poder**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/noticias-e-sociedade-artigos/russia-o-bric-que-retomou-o-poder-2734685.html>>. Acesso em 20 de julho de 2010.

SILVA, Mozart Foschete da- **Relações econômicas internacionais**. -- São Paulo: Aduaneiras, 1999.

SILVA, Patrícia Carla da. **A Economia chinesa atualmente**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-economia-chinesa-atualmente/27487>. Acesso em: 15 de julho de 2010.

SOARES, Claudio César. **Introdução ao Comércio Exterior: Fundamentos Teóricos do Comércio Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2004.

TETT, Gillian. **The story of the Brics**. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/2/112ca932-00ab-11df-ae8d-00144feabdc0.html>>. Acesso em: 03 de maio de 2010.

THORSTENSEN, Vera. **OMC: Organização Mundial do Comércio. As regras do comércio internacional e a rodada do milênio**. 2ª ed. São Paulo, Aduaneiras, 520p. 2001.

TRÓPIA, Patrícia; COLETTI, Claudinei; BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia. **Lutas Sociais no Brasil em 2001**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/009/09boito.htm>>. Acesso em: 12 de julho de 2010.

WHEATLEY, Malcolm. **India: The Safest BRIC**. Disponível em: <<http://www.fool.co.uk/news/investing/investing-strategy/2009/05/29/india-the-safest-bric.aspx>>. Acesso em 21 de julho de 2010.

XIANG, Zhang. **India satisfied with outcome of BRIC summit, say experts**. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/indepth/2010-04/18/c_13257160.htm>. Acesso em 21 de julho de 2010.